

CARLOS ALBERTO SALIM LEAL

**O NEOLIBERALISMO E A LÓGICA CULTURAL DO CAPITALISMO
CONTEMPORÂNEO**

**ECO/UFRJ
2011**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

**O NEOLIBERALISMO E A LÓGICA CULTURAL DO CAPITALISMO
CONTEMPORÂNEO**

CARLOS ALBERTO SALIM LEAL

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Escola De Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito necessário à obtenção do título de Mestre em Comunicação e Cultura.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Granja Coutinho

ECO/UFRJ
2011

FICHA CATALOGRÁFICA

Leal, Carlos A. S.

O neoliberalismo e a lógica cultural do capitalismo contemporâneo

Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) –
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Escola de
Comunicação – ECO, 2011.

Orientador Prof. Dr. Eduardo Coutinho

1. Neoliberalismo- Classes Sociais -Reestruturação Produtiva -
Financeirização do Capital. 2. Mídia - Indústria Cultural- Imagem-
Estética. 3. Ideologia – Hegemonia – Contradição. I. Coutinho,
Eduardo (Orientador). II. Universidade Federal do Rio de Janeiro,
Escola de Comunicação. III. Título.

O NEOLIBERALISMO E A LÓGICA CULTURAL DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

CARLOS ALBERTO SALIM LEAL

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Comunicação e Cultura, sob a orientação do Professor Doutor Eduardo Granja Coutinho.

Rio de Janeiro, Junho de 2011.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Eduardo Granja Coutinho -Orientador
Universidade Federal do Rio de Janeiro, ECO/UFRJ

Prof. Dr. Mauro Luiz Iasi
Universidade Federal do Rio de Janeiro, ESS/UFRJ

Prof^{ta}. Dra. Maria Elisa Cevasco
Universidade de São Paulo, FFLCH/ USP

AGRADECIMENTOS

A minha família, em especial a minha irmã Leila, que fez uma rigorosa revisão do texto e a minha mãe Vera, que me ajudou na edição do texto.

A meu orientador Eduardo Coutinho, cujas orientações balizaram minha reflexão.

A Valdenêr Oliveira, Mauricio Mileo, Marcio Nery, Eduardo Silveira e Luana Porto (que estão esperando sua primeira filha), Bruno Gawryszewski, Vladimir Santafé, Mariana Araujo, Luis Carlos Baptista, Mario Junior, Lara Tapety, Shuellen Peixoto, Péricles Carvalho, Gustavo Barreto, Gabriel Marques, Gabriel Zagury, Vivian Dutra, Thiago Brigada, Daniela Mussi, jovens interessados em política, cultura e ciências humanas com quem debati várias das idéias aqui presentes.

A Pedro Leão, meu padrinho, que sempre me recebe generosamente em sua casa, em Curitiba, e de maneira igualmente generosa me contempla com ricas explicações filosóficas.

A Ana Paula Goulart, Mauricio Lissovsky e Muniz Sodré que em suas aulas me explicaram conceitos e idéias que estão presentes nesta dissertação.

A José Paulo Netto referência do Marxismo, do qual tive privilégio de ser aluno e assistir a última aula regular na UFRJ.

Ao professor Mauro Iasi que se dispôs a avaliar o presente trabalho e acudiu com decisivas contribuições na banca de qualificação. A professora Maria Elisa Cevasco, outra referencia teórica, que se dispôs a avaliar esse trabalho.

Aos funcionários do departamento de Pós-Graduação em Comunicação da ECO/UFRJ

Ao Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) pela bolsa concedida durante seis meses deste trabalho.

*A mediação dialética não é o recurso ao abstrato, mas o processo de
dissolução do concreto em si.
(T.W.Adorno, 2008: 70)*

RESUMO

LEAL, Carlos A. S. **O neoliberalismo e a lógica cultural do capitalismo contemporâneo.** Dissertação de Mestrado em Comunicação e Cultura. Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

A dissertação analisa os vínculos estabelecidos entre as transformações sociopolíticas iniciadas nos anos 70 e a lógica cultural do capitalismo contemporâneo. Busca, assim, entender as peculiaridades da cultura e da ideologia contemporâneas enquanto momentos de reprodução do capital e como expressões das contradições fundamentais que o constituem. Para tal, a pesquisa aborda a predominância de formas de pensamento pós-moderno associadas às dinâmicas de mercadização da cultura, da estética e do desenvolvimento de novos dispositivos e tecnologias de comunicação. A partir daí, busca uma aproximação dos conceitos reificação e de hegemonia para a crítica da ideologia dominante no capitalismo contemporâneo, buscando os possíveis pontos para o seu questionamento.

ABSTRACT

LEAL, Carlos A.S. **Neoliberalism and the cultural logic of contemporary capitalism.**

Dissertação de Mestrado em Comunicação e Cultura. Escola de Comunicação,
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

This dissertation examines the links established between the socio-political changes initiated in the 70s and the cultural logic of contemporary capitalism. It also searches, therefore, to understand the peculiarities of contemporary culture and ideology as moments of reproduction of capital and as expressions of its fundamental contradictions. To this end, the research addresses the prevalence of forms of postmodern thought associated with the dynamics of mercantilization of culture and esthetics and the development of new devices and communication technologies. From there, this dissertation seeks an approximation of the concepts of reification and hegemony to critique the dominant ideology in contemporary capitalism seeking possible points for questioning the capitalism itself.

Sumário

INTRODUÇÃO	9
1. CAPÍTULO 1 - O Neoliberalismo e a Mundialização do Capital	12
1.1 A crise do modelo Fordista-Keynesiano	13
1.2 As transformações sociais dos anos 70 e o advento do neoliberalismo	17
1.3 A mudança no papel do Estado	21
1.4 Mudança nas relações de trabalho	24
1.5 A conjuntura atual e o ciclo de crises	26
1.6 Conclusão parcial	31
2. CAPÍTULO 2 - O Neoliberalismo e a Cultura	34
2.1 A oligopolização da mídia e o desenvolvimento de novas tecnologias de comunicação	34
2.2 A mercantilização da cultura e a desertificação do real	42
2.3 O significado da imagem na cultura contemporânea	55
3. CAPÍTULO 3 - Cultura e ideologia no capitalismo contemporâneo: pontos para uma sistematização	71
3.1 Reificação a e fragmentação aparente do real	72
3.2 A Hegemonia e a mediação base / superestrutura	76
3.3 Reificação e hegemonia no capitalismo contemporâneo	79
3.4 Reificação da cultura e desertificação da política	83
3.5 A expressão da contradição na lógica cultural contemporânea	93
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	107

1. Introdução

As transformações sociais verificadas a partir dos anos 70 trazem uma série de mudanças no que tange à reprodução do capitalismo. O movimento de mundialização do capital vinculado às mudanças na morfologia das relações de trabalho e na correlação de forças existente entre as classes fundamentais do capitalismo se vinculou a uma série de transformações relacionadas à cultura e à ideologia do capitalismo contemporâneo.

Neste cenário, o deslocamento de capitais para o setor de serviços, verificado a partir da segunda metade da década de 70 e aprofundado na década de 90, principalmente na área de informação e de comunicação, é de potencial interesse para o entendimento do atual estágio de reprodução do capitalismo. Existe um duplo papel estratégico das corporações de mídia na contemporaneidade: é a esfera que legitima o discurso da globalização neoliberal e, ao mesmo tempo, um importante agente econômico global. A retórica hegemônica contemporânea visa, em última análise, à privatização do espaço público, sob a égide de mecanismos de dominação cultural, política, econômica e militar, que se tornaram verdadeiramente globais. Fredric Jameson, em seu livro *Pós Modernismo – Lógica Cultural do Capitalismo Tardio*, sublinha que a capitulação “imperceptível e alarmantemente universal” frente ao discurso para-o-mercado implica, como contrapartida não-declarada, na deslegitimação ideológica de qualquer formulação alternativa ou contestadora, sobretudo a de esquerda.

Segundo o próprio Jameson, uma das características da cultura pós-moderna é a transformação da cultura em economia e da economia em cultura, processo através do qual as antigas fronteiras entre a produção econômica e a vida cultural estão desaparecendo. Cultura é negócio; e produtos são feitos para o mercado. Assim também desaparece a distinção entre fato e valor. A partir daí, devemos discutir as

consequências que este processo de fragmentação/reafirmação permanente do real sobre a forma de mercadoria traz para a textualidade propriamente dita dos bens culturais. A cultura pós-moderna tende, por um lado, a afirmar que as relações sociais perderam suas determinações objetivas, tornando-se meras formas de interação intersubjetivas.

Se as determinações objetivas das relações sociais desapareceram no campo da ideologia, também desaparecem as possibilidades de transformações qualitativas na sociedade, uma vez que o projeto iluminista sempre pensou as transformações sociais como uma intervenção subjetiva sobre os fatores objetivos. Quando sujeito e objeto se fundem não através de uma intervenção do primeiro sobre o segundo, mas sim sobre a forma de uma subordinação/submissão do sujeito ao objeto, mascarado por um discurso da desconstrução da totalidade e da perspectiva histórica, aprofunda-se o processo de reificação do capitalismo analisado por Georg Lukács em seu livro *História e Consciência de Classe*. Ou seja, no campo do discurso some o lugar para a valoração e o discurso se torna, ele mesmo, um “objeto fetichizado”, ou seja, uma mercadoria. Ao instaurar uma lógica de que fato é valor, o neoliberalismo termina por instaurar um novo vínculo entre mercado e sociedade civil, no qual o valor de troca se torna um fim em si mesmo. Desta maneira, as relações sociais passam a ser cada vez mais fetichizadas, fazendo com que, por um lado, se perca de vista a noção de totalidade social, e, por outro, o espaço para a construção de discursos contra-hegemônicos diminua enormemente no campo da sociedade civil instituída.

Frente ao conjunto de problemas apresentados, percebe-se a necessidade de uma vinculação entre práticas culturais e políticas como questionamento destes poderosos mecanismos de hegemonia e reprodução que o capitalismo contemporâneo constitui. Daí a relevância da investigação de novas formas, conteúdos e meios de vinculação de

uma cultura capaz de constituir um questionamento significativo dos mecanismos de alienação e hegemonia presentes no capitalismo contemporâneo.

Do ponto de vista metodológico, buscamos estabelecer uma argumentação que tenciona movimento de crescente ampliação. Assim, no primeiro capítulo buscaremos destacar alguns pontos relevantes do conjunto de transformações iniciadas nos anos 70 e que culminam na mundialização do capital e no neoliberalismo. No segundo capítulo, buscaremos analisar os vínculos fundamentais estabelecidos entre o desenvolvimento da indústria cultural, a ideologia neoliberal e a lógica cultural pós-moderna. A partir daí buscaremos estabelecer alguns apontamentos sobre o significado político do fenômeno imagético e da estética na cultura contemporânea. E no terceiro, numa tentativa de síntese, buscaremos realizar uma aproximação entre o conceito gramsciano de hegemonia com o conceito lukasciano de reificação visando a apontamentos acerca do vínculo estrutural entre cultura e ideologia no capitalismo contemporâneo. A partir desta aproximação, buscaremos tematizar a “desertificação da política” associada à incapacidade da lógica cultural contemporânea de representar a dimensão catártica da mesma, ou seja, a transformação qualitativa das condições existência humana. Por fim, buscaremos identificar momentos em que a lógica cultural expressa os principais pontos de contradição do capitalismo contemporâneo, buscando assim a reconstrução da categoria de totalidade como momento indispensável da superação destas contradições.

1 - O Neoliberalismo e a Mundialização do Capital

Ao iniciarmos nossas observações acerca do neoliberalismo e das transformações sociais iniciadas nos anos 70, devemos enfatizar o caráter introdutório e contextual das mesmas. Foge ao escopo do presente trabalho um detalhado estudo de economia política e sociologia capaz de abarcar o conjunto da problemática supracitada, temas que, aliás, vêm sendo objeto de preocupação de destacados expoentes do marxismo contemporâneo. Sendo assim, buscaremos enfatizar alguns nexos fundamentais que serão de particular importância para nossa análise da reconfiguração da lógica cultural e da ideologia capitalista contemporânea, que constitui nosso objeto de estudo. Três eixos temáticos serão, assim, de particular relevância.

1) A mudança na correlação de força existente entre as classes sociais no capitalismo no referido período, assim como apontamentos acerca da transformação da morfologia das mesmas, vinculadas ao desenvolvimento das forças produtivas, dos sistemas de produção e de consumo e dos mecanismos de subordinação do trabalho.

2) O acelerado processo de financierização do capital no referido período (muitas vezes sobre a forma de valores fictícios), o que aumenta enormemente a velocidade do tempo de giro do mesmo e a aceleração dos ciclos de expansão e crise, quando o primeiro se torna cada vez mais curto e o segundo cada vez mais freqüente. Vinculada a esse processo, observamos uma ampliação de todo o setor terciário da economia como um momento dessa aceleração e ampliação dos processos de valorização do capital e, também, como tentativa de atenuar a hiper-concentração de capital no setor produtivo, o que, como sabemos desde Marx, leva a uma tendencial diminuição da taxa de lucros.

3) Estas transformações se estabelecem em intrínseca relação com a mudança do papel e da ação política e econômica do Estado, que abandona sua aparente função de mediador dos antagonismos de classe e de agente econômico e prioriza sua função de

defesa direta dos interesses da classe dominante, buscando estabelecer todo um conjunto de políticas favoráveis às necessidades e dinâmicas do capital acima expostas.

Determinado por esse novo cenário social aparece o nosso objeto específico. A mudança significativa na ideologia e na lógica cultural do capitalismo contemporâneo e o papel da indústria cultural nesta transformação. Este papel determinante que a indústria cultural assume na reconfiguração da lógica cultural e na ideologia do capitalismo contemporâneo é possibilitado por conta de dois fatores que também emergem do novo cenário social: o salto qualitativo das tecnologias empregadas no fazer comunicativo e o avanço da oligopolização do setor de serviços de uma maneira geral e, no caso da nossa preocupação, dos meios de comunicação.

1.1 - A crise do modelo Fordista-Keynesiano

Não acreditamos que o neoliberalismo e o capitalismo “mundializado” sejam uma nova fase histórica do capitalismo que suprima as características fundamentais de sua fase imperialista. Buscaremos entender a complementaridade de ambos como expressão do atual estágio de reprodutibilidade do capitalismo, determinado pela falência da socialdemocracia e do Estado de bem-estar social, e as mudanças sofridas no chamado modelo de acumulação fordista. O marco geralmente adotado para tal falência é o choque do petróleo ocorrido em 1974. Ali, começava a ficar evidente que o modelo baseado na produção em massa com grandes estoques, pleno emprego (na verdade, baixas taxas de desemprego) e expansão crescente do setor produtivo - ancorado na transferência de taxas de mais-valia dos países pobres para os países ricos - dava sinais de esgotamento. A esse estágio econômico do capitalismo correspondia um Estado que promovia uma mediação entre capital e trabalho sobre a forma de políticas de bem-estar

social, que garantiam saúde, educação, moradia e transporte; que organizava uma rede de assistência social; que estabelecia controle sobre os fluxos de capital e, também, sobre a concentração de capital.

Além disso, o Estado buscava ter sob seu controle empresas que atuassem em pontos estratégicos da economia, principalmente no ramo de bens de consumo duráveis e no de bens de produção. Através dessas empresas, o Estado podia investir, em maior ou menor escala, em um determinado ramo da economia, evitando uma concentração desproporcional de capital numa determinada atividade econômica e garantindo equilíbrio entre oferta e demanda. A soma dos recursos e a mediação da relação entre capital e trabalho, aliadas aos mecanismos de regulação da economia e do protagonismo do Estado em algumas áreas estratégicas, constituíam a chamada “política keynesiana anticíclica”. Através dela, o Estado procurava se opor ao ciclo de crescimento, recessão e crise, característico do capitalismo.

Deve ser destacado que o modelo expresso acima busca estabelecer linhas gerais baseadas na trajetória dos países centrais do capitalismo, principalmente os da Europa. No caso dos Estados Unidos, apesar de as políticas econômicas keynesianas também terem vigorado, não podemos falar em um Estado social-democrata no sentido estrito, uma vez que não existia uma pactuação a nível estatal entre capital e trabalho e, sim, a subordinação dos trabalhadores ao Estado, de maneira hierarquizada, através dos sindicatos corporativos. Uma análise detalhada da questão exigiria ainda uma pormenorização das especificidades das dinâmicas sociais existentes nos países periféricos do capitalismo (na América do Sul e na África), assim como dos países “orientais” (o chamado bloco socialista e os países asiáticos). Na medida em que essa análise foge ao escopo deste trabalho, sinalizaremos somente que um Estado de “bem estar social” nunca existiu nos moldes bem definidos que ocorreu nos países centrais.

Tirando o curto período dos chamados governos “populistas” (se tomarmos o caso do Brasil, falaríamos do período de 1945- 1964), quando as políticas compensatórias e os direitos trabalhistas foram de alguma maneira aplicados, o papel chave que estes países desenvolveram no referido período foi o de transferir taxas de mais-valia através da superexploração e de um comércio desigual com os países de centro, como forma de sustentar o “pacto social” nos países centrais. Além disso, como assinala Hobsbawm (1994), no próprio período fordista observamos a transnacionalização das grandes empresas como forma de driblar a taxaço existente nos países centrais. Muitas das grandes empresas buscaram deslocar sua sede financeira para paraísos fiscais e deslocar parte do seu parque produtivo para países periféricos. Buscavam, assim, diminuir os encargos tributários e trabalhistas que vigiam nos países centrais.

Esses movimentos serão relevantes para nossa análise na medida em que identificam a gênese da atual forma de gestão e reprodução do capital no período fordista keynesiano, enfatizando o par dialético ruptura–aprofundamento. Ou seja, os elementos de continuidade presentes no período histórico contemporâneo serão de fundamental importância para entendermos o caráter deceptivo que a cultura do capitalismo contemporâneo apresenta. Porém, o aprofundamento qualitativo de determinadas tendências constitutivas da hegemonia do capitalismo no período do pós-guerra traz transformações significativas no âmbito da aparência e da morfologia das relações sociais.

Como já buscamos sublinhar, o neoliberalismo não significa uma nova fase histórica no desenvolvimento do capitalismo, mas sim um conjunto de estratégias e medidas levadas a cabo pelo grande capital para buscar administrar os impasses existentes na sua dinâmica de acumulação em um período de recessão. Por conta disso, sua legitimação ideológica passará, como veremos mais a frente, por uma generalização

abstrata da noção de continuidade sob a aparência de descontinuidade absoluta. Neste processo, o presente será apresentado como um “totalmente outro” em relação ao passado no mesmo movimento em que exclui a possibilidade de qualquer transformação qualitativa do existente, absolutizando de maneira a-histórica esse presente. Explicita-se assim a importância de uma análise capaz de compreender a dinâmica existente entre as transformações socioeconômicas objetivas com aquelas associadas ao conjunto de práticas políticas e ideológicas necessárias para que estas mudanças sejam operadas.

Sendo assim, devemos passar a uma abordagem mais concreta de alguns elementos da dita transição do modelo fordista para a acumulação flexível, ou, como preferem outros autores, às formas de hibridização que começam a surgir na década de 70 entre formas de gestão do trabalho fordistas, pós-fordistas e não-fordistas. Essa abordagem deve partir de uma caracterização de quais foram os impasses centrais que o modelo fordista de acumulação enfrentou e as necessidades de mudança que os mesmos impuseram ao Estado keynesiano e as suas políticas compensatórias.

Segundo David Harvey (2010) a crise do modelo keynesiano–fordista foi consequência, em última análise, de um excesso de rigidez que o mesmo impunha à lógica inevitavelmente expansiva e dinâmica do capital.

De modo mais geral, o período de 1965 a 1973 tornou cada vez mais evidente a incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo. Na superfície, essas dificuldades podem ser melhor apreendidas por uma palavra: rigidez. Havia problemas com a rigidez dos investimentos de capital fixo de larga escala e de longo prazo em sistemas de produção em massa que impediam muita flexibilidade de planejamento e presumiam crescimento estável em mercados de consumo invariantes. Havia problemas com rigidez nos mercados na alocação e nos contratos de trabalho (especialmente no chamado setor “monopolista”). E toda a tentativa de superar esses problemas de rigidez encontrava a força aparentemente invencível do poder profundamente entrincheirado da classe trabalhadora - o que explica as ondas de greve e os problemas trabalhistas do período 1968-1973. A rigidez dos compromissos do Estado foi se intensificando à medida que programas de assistência (seguridade

social, direitos de pensão etc.) aumentavam sob pressão para manter legitimidade num momento em que a rigidez na produção restringia expansões da base fiscal para gastos públicos. O único instrumento de resposta flexível estava na política monetária, na capacidade de imprimir moeda em qualquer montante que parecesse necessário à economia estável. E, assim, começou a onda inflacionária que acabaria por afundar a expansão do pós-guerra. (HARVEY, 2010, p. 135)

No trecho supracitado encontramos elementos que serão de importância capital para nossa análise, na medida em que expressam a gênese das conexões entre problemas de ordem econômica, política e ideológica. Três pontos merecem ênfase. O momento no qual a produção em massa com ciclos produtivos significativamente padronizados passa a representar um importante empecilho para a reprodutibilidade do capital, o crescimento desigual entre a capacidade produtiva do capital e a expansão de mercados de consumo estáveis capazes de absorver essa produção e, por fim, a carga fiscal que o Estado precisava estabelecer para cumprir sua função de mediador na relação capital-trabalho. A interação entre estes três elementos levou, num primeiro momento, o capitalismo a uma conjuntura de estagna-inflação e o Estado a uma falência fiscal, uma vez que não conseguia mais arrecadar recursos na medida necessária para sustentar seus encargos públicos.

1.2 As transformações sociais dos anos 70 e o advento do neoliberalismo

Na medida em que atentamos para esta tríade que determina a situação de impasse que o capitalismo enfrentou nos países centrais no período 1968-73, podemos abordar com mais clareza o conjunto de estratégias, iniciativas e alternativas que o capital buscou implementar para superar estes impasses. Assim como no momento em que abordamos a dialética existente entre a funcionalidade e a crise do sistema keynesiano-fordista, também no momento em que analisamos sua reestruturação devemos ter em vista a relação entre continuidade e mudança. Ou seja, devemos atentar

para as tendências de acumulação do capital que se, por um lado, ao se expandirem além de um determinado limite inviabilizaram sua reprodução sob o modelo keynesiano- fordista, por outro criaram as formas de subordinação do trabalho, de acumulação e de cultura que possibilitaram a sua reorganização em novos moldes.

Como já citado anteriormente, um dos elementos fundamentais do fordismo foi a enorme transnacionalização das grandes empresas. Essa transnacionalização permitiu ao capital aproveitar vantagens específicas de cada parte do mundo no sentido de maximizar seus lucros. Permitiu, assim, uma grande capacidade de subordinação de diversas áreas do globo a centros diretivos muito distantes e ao mesmo tempo o avanço real da subordinação de todo processo produtivo à lógica do capital. No momento inicial esta subordinação exigia uma certa padronização sob a forma de ciclos produtivos significativamente rígidos. Porém, no momento em que esta padronização começou a representar dificuldades para a reprodutibilidade do capital, o movimento encontrado por ele foi ao mesmo tempo flexibilizar essa padronização e aprofundar a mundialização da produção e do consumo para fazer frente à queda da taxa de lucros e da capacidade de escoar a produção. É somente nos marcos da transnacionalização do capital e do aumento qualitativo da subordinação real do trabalho ao mesmo, estabelecidos durante o período fordista-keynesiano, que podemos entender a posterior “mundialização” financeira do capital e o lugar do Estado neoliberal nesse processo.

A instauração dos novos parâmetros de reprodutibilidade do capital deve ser entendida, então, como um conjunto de medidas que buscam se contrapor aos três pontos centrais que expressam a crise do modelo keynesiano fordista, apoiadas no nível de acumulação e expansão que este modelo ofereceu ao capital, buscando dar respostas a cada um destes três aspectos fundamentais da crise. Em primeiro lugar, observamos mudança no processo produtivo, que ao modelo fordista baseado em produção em larga

escala e padronizada irá somar o chamado modelo “toyotista” ou flexível de produção, baseado em uma segmentação significativa da produção e do consumo e no modelo *just in time*, que visa a uma diminuição do tempo de estocagem de produtos e matérias-primas e do ciclo de realização do capital-mercadoria em capital-dinheiro. Além disso, esse modelo representa um novo período de desenvolvimento da divisão social do trabalho, que busca agora “mundializar” a própria produção avançando significativamente a decomposição da mesma em vários momentos diferentes, buscando produzir mercadorias de alto valor agregado. Ao mesmo tempo, com esse mecanismo de decomposição da produção, o capital visa a aproveitar as melhores condições de produção e realização do valor em diversas áreas do planeta, tais como matérias-primas, bens de produção e parques produtivos, mão-de-obra, condições fiscais e trabalhistas favoráveis ao capital e mercados consumidores específicos e estratificados.

Esse processo foi acompanhado por um intenso movimento de “financeirização” que inicialmente buscava capitalizar da maneira mais intensa possível cada uma dessas esferas de produção e realização do valor e diminuir radicalmente o tempo de giro do capital. A financeirização representa, nesse sentido, um aprofundamento da subordinação de todas as esferas da vida social ao processo de valorização do capital, mesmo que as mesmas não estejam diretamente vinculadas a sistemas industriais de produção. Esse movimento foi um complemento tanto da “flexibilização” dos ciclos de produção como um instrumento para aproveitar oportunidades e demandas em qualquer parte do mundo, em tempo reduzido. Ao mesmo tempo, este movimento de financeirização se associa a todo um rearranjo do capital produtivo, que passa por um período de intensas fusões e incorporações que surge como resposta à crise dos anos 70. Com o avanço do processo de oligopolização, um mesmo grupo passa a subordinar

todas as instâncias que constituem uma determinada atividade socioeconômica, visando a integrar em ciclos cada vez mais curtos o processo de produção e realização do valor.

Na medida em que muitos setores da produção apresentavam um quadro de estagnação e não conseguiam dar vazão à sua capacidade produtiva, observamos um intenso processo de oligopolização buscando formar novos ativos financeiros. Porém, se o movimento de financerização num primeiro momento se associou a essa reestruturação produtiva da segunda metade dos anos 70, ele rapidamente se autonomizou e se tornou um fim em si mesmo. Novamente segundo David Harvey:

Depois dos traumas de 1973, a pressão pela desregulamentação nas finanças adquiriu impulso nos anos 70 e, por volta de 1986, engolfou todos os centros financeiros do mundo (as celebradas reformas estrondosas de Londres feitas naquele ano deixaram tudo claro). A desregulamentação e a inovação financeira – processos longos e complicados – tinham se tornado, na época, um requisito para a sobrevivência de todo o centro financeiro mundial num sistema global altamente integrado, coordenado pelas *telecomunicações instantâneas* (grifo nosso). As fronteiras entre funções distintas como bancos, corretoras, serviços financeiros, financiamento habitacional, crédito ao consumidor etc. tornaram-se cada vez mais porosas, ao mesmo tempo em que novos mercados futuros de mercadorias, de ações de moedas ou de dívidas surgiram em toda parte *introduzindo o tempo futuro no tempo presente* (grifo nosso) de maneiras estarrecedoras. O uso de computadores e as comunicações eletrônicas acentuaram a significação da coordenação internacional instantânea de fluxos financeiros. “A atividade bancária disse o Financial Times (8 de maio de 1987) “está se tornando com rapidez indiferente às restrições de tempo, espaço e moeda”. Vem sendo dada uma tremenda ênfase, nos últimos anos, à descoberta de maneiras alternativas de obter lucros que não se restrinjam à produção pura e simples de bens e serviços. Os novos sistemas financeiros implementados a partir de 1972 mudaram o equilíbrio de forças em ação no capitalismo global, dando muito mais autonomia ao sistema financeiro em comparação com o financiamento corporativo estatal e pessoal. A acumulação flexível evidentemente procura o capital financeiro como poder coordenador mais do que o fordismo fazia. *Isso significa que a potencialidade de formação de crises financeiras e monetárias autônomas e independentes é muito maior do que antes* (grifo nosso), apesar de o sistema financeiro ter mais condições de minimizar os riscos através da diversificação e da rápida transferência de fundos de empresas regiões e setores em decadência para empresas regiões e setores lucrativos (HARVEY, 2010, p. 154)

1.3 A mudança no papel do Estado

Este rearranjo do capital, no entanto, não se estabeleceu de maneira autônoma. Foi necessária uma mudança na política econômica do Estado vinculada a um aumento da exploração dos trabalhadores, através do aumento da extração de mais-valia absoluta ou da mais-valia relativa e da promoção de toda uma gama de formas de trabalho informais e formas de subcontratação voltadas para maximizar o aumento dessa mais-valia. Assim, devemos ter em vista que o próprio Estado muda de função no período referido, diminuindo sua função de “mediador social” e atuando como um agitador econômico e promotor das condições necessárias para o avanço qualitativo da subordinação do trabalho ao capital através da construção de um novo marco regulatório e fiscal conveniente, estabelecendo uma guinada “monetarista” em sua política econômica.

Essa mudança não se estabelece de uma maneira automática ou como um simples reflexo de transformações da atividade econômica. Antes, deve ser vista como consequência de toda uma estratégica política que estabeleceu uma relação de interação com as iniciativas do capital no âmbito das atividades produtivas e financeiras. O conjunto de ideias e instrumentos que materializou esta estratégia, que ficou conhecido como neoliberalismo, foi formulado pela chamada “Escola de Chicago” e iniciou sua constituição num período muito anterior àquele da desconstrução do Estado Keynesiano. Na verdade, desde que este próprio modelo de gestão estatal se estabeleceu no pós-guerra, os principais formuladores do neoliberalismo iniciaram sua organização buscando defender os princípios “puros” da economia de mercado como forma de resistência ao “excesso de intervenção estatal na economia”, que segundo os mesmos limitava as liberdades individuais e empreendedoras que deveriam nortear o capitalismo. As duas figuras proeminentes deste movimento foram Milton Friedman e Friedrich Hayek. Seu texto de origem, intitulado *O caminho da Servidão*, foi escrito pelo segundo em 1944. Segundo Perry Anderson

Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciadas como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política. O alvo imediato de Hayek, naquele momento, era o Partido Trabalhista inglês, às vésperas da eleição geral de 1945 na Inglaterra, que este partido efetivamente venceria. A mensagem de Hayek é drástica. “Apesar de suas boas

intenções, a social-democracia moderada inglesa conduz ao mesmo desastre que o nazismo alemão – uma servidão moderna”. Três anos depois, em 1947, enquanto as bases do Estado de bem-estar social na Europa do pós- guerra efetivamente se construíram, não somente na Inglaterra, mas também em outros países, Hayek convocou aqueles que compartilhavam sua orientação ideológica para uma reunião na pequena estação de Mont Pèlerin, na Suíça. Entre os célebres participantes estavam não somente os adversários firmes do Estado de bem estar europeu, mas também inimigos férreos do New Deal norte- americano(...) Aí fundou a Sociedade de Mont Pèlerin, uma espécie de franco-maçonomia neoliberal, altamente dedicada e organizada, com reuniões internacionais a cada dois anos. Seu propósito era combater o keynesianismo e o solidarismo reinantes e preparar as bases de um outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro (...). A polêmica contra a regulação social, no entanto, tem uma repercussão um pouco maior. Hayek e seus companheiros argumentam que o novo igualitarismo (muito relativo, bem entendido) deste período, promovido pelo Estado de bem-estar, destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, da qual dependia a prosperidade de todos. Desafiando o consenso oficial da época, eles argumentavam que a desigualdade era um valor positivo – na realidade imprescindível em si – pois disso precisavam as sociedades ocidentais. Esta mensagem permaneceu na teoria por mais ou menos 20 anos. (ANDERSON, 1995, p.10)

A citação acima será de particular importância para nossa análise subsequente não só por traçar um histórico bem definido do surgimento do programa econômico neoliberal e suas concepções principais, mas, fundamentalmente, porque ao expressar um determinada “autonomia relativa” entre os processos socioeconômicos e o desenvolvimento de concepções ideológicas e políticas explícita, de maneira categórica, a dimensão *política* da economia e das teorias que buscam oferecer respostas aos problemas apresentados por esta. Ao optar por explicitar o hiato existente entre o surgimento das idéias econômicas neoliberais e sua efetiva implementação, Perry Anderson abre espaço para uma compreensão do caráter necessariamente interessado de um determinado programa econômico, mesmo quando o mesmo busca se apresentar como “inevitável”, “imparcial” ou “técnico”, como se dará no momento de implementação do programa e da ideologia neoliberal. Mais do que isso, fica claro que a própria aparência de “inexorabilidade” do programa neoliberal fará parte de sua

ideologia necessária, que ao ser entendida criticamente explicita o caráter dos interesses aos quais está vinculada.

Associada a essa constatação, se estabelece outra, de caráter metodológico, que buscaremos sustentar durante o presente trabalho. O vínculo existente entre dinâmicas socioeconômicas e as construções políticas e culturais não se estabelece através de uma determinação linear, mas sim como uma resposta que a segunda instância estabelece em relação a um conjunto de problemas que, pela própria natureza da sociedade capitalista, sempre se apresentam como contraditórios e abertos a diferentes sentidos de intervenção. A partir da explicitação dessa dinâmica, podemos entender como a reestruturação produtiva e as transformações socioeconômicas iniciadas nos anos 70, no momento de uma transformação substantiva do *modus operandis* do Estado capitalista, se articularam com uma ofensiva contra a capacidade organizativa dos trabalhadores e a um conjunto de valores que remontavam ao Iluminismo, que ainda estava presente no consenso cultural do pós-guerra. Seguindo com Perry Anderson

A chegada da crise do modelo econômico do pós-guerra, em 1973, quando todo o mundo capitalista avançado caiu em uma longa e profunda recessão combinando, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação, mudou tudo. A partir daí as idéias neoliberais passaram a ganhar terreno. As raízes da crise, afirmavam Hayek e seus companheiros, estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, no movimento operário que havia corroído as bases da acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais gastos sociais.

Esses dois processos destruíram os níveis necessários de lucros das empresas e desencadearam processos inflacionários que não podiam deixar de terminar numa crise generalizada das economias de mercado. O remédio, então, era claro: manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo. Para isso seria necessária uma disciplina orçamentária com contenção de gastos com bem-estar. E a restauração da taxa “natural” de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos. Ademais reformas fiscais eram

imprescindíveis, para incentivar agentes econômicos. Em outras palavras, isso significava reduções de impostos sobre rendimentos mais altos e sobre rendas. Desta forma, uma nova e saudável desigualdade iria voltar a dinamizar as economias avançadas, então às voltas com uma estagflação, resultado direto dos legados combinados de Keynes e de Beveridge, ou seja, a intervenção anticíclica e a redistribuição social as quais haviam tão desastrosamente deformado o curso normal da acumulação e do livre mercado. (ANDERSON, 1995, p.11)

O rearranjo da política do Estado se associou a, pelo menos, duas tendências importantes da reestruturação do capital que abordamos anteriormente. A primeira diz respeito à relação entre capital e trabalho e às mudanças nas relações e na morfologia do trabalho. A segunda, ao processo de financeirização do capital e ao endividamento dos Estados-Nações, vinculado à aceleração dos ciclos de crise. Seria relevante para nossa análise nos determos um pouco em cada uma destas mediações.

1.4 - Mudança nas relações de trabalho

Na medida em que a estratégia de superação da crise adotada pelo capital passou por uma intensificação da extração de mais-valia relativa e absoluta, a desestruturação dos sindicatos foi parte importante para que essa iniciativa tivesse sucesso, principalmente no que tange ao aumento da mais-valia relativa no setor produtivo. Além disso, a desregulamentação das relações trabalhistas, vinculada à criação de condições favoráveis do ponto de vista fiscal, viabilizou uma enorme expansão do setor comercial e de serviços, no qual se desenvolveu uma série de mecanismos de subcontratação que, ao se vincularem aos processos de composição e decomposição do valor, permitiram um aumento da mais-valia absoluta. Segundo David Harvey, o período da reestruturação foi marcado pela expansão de todo um conjunto de relações de trabalho informais, semi-formais, sub-contratações, contratos temporários e

terceirizados, além de um aumento de relações de trabalho pré-capitalistas que passam da sua condição de subordinação formal para uma subordinação real ao capital. Estas formas de contrato de trabalho também se vincularam ao novo modelo de produção *just in time* porque permitiram ao capital grandes facilidades para adequar suas novas necessidades produtivas a mudanças bruscas, em curto espaço de tempo, no emprego de mão-de-obra sem sofrer ônus de natureza trabalhista.

Além disso, a própria composição das classes sociais passou por uma segmentação. Na medida em que a produção se ramifica e o setor terciário da economia se expande, na classe trabalhadora também se aprofunda a divisão em vários subestratos, processo que também se estabelece na chamada “classe média”. Surgem assim setores da classe trabalhadora que se aproximam da classe média (geralmente aqueles que dispõem de contratos de trabalho fixo na produção de bens de alto valor agregado) e outros que se vêem em condições de desemprego e subemprego praticamente permanentes. Simultaneamente, surge uma nova classe média oriunda da classe trabalhadora ao mesmo tempo em que setores da classe média constituída durante o período fordista se vêem ameaçados permanentemente pelo endividamento e pela precariedade dos contratos de trabalho, constituindo um baixo estrato dessa classe média. Já o setor da burguesia gerencial (tomadores de decisão do grande capital) se expande abrindo espaço de aproximação para outro segmento da classe média que passa a ter acesso a bens de consumo e serviços antes reservados à classe burguesa e passa, assim, constituir um extrato superior da classe média.

Sendo assim, observamos no período da acumulação flexível uma profunda segmentação das classes sociais, tanto no sentido vertical (subdivisões em relação ao nível de renda e posicionamento na hierarquia social) como no sentido horizontal (multiplicação dos segmentos de classe, de formas de especialização e da morfologia do

trabalho em cada segmento específico). Essa fragmentação das relações de sociabilidade imediata leva a uma crescente dificuldade na percepção da totalidade das relações sociais e da subordinação dessa totalidade aos princípios de acumulação do capital. Quanto mais avança a subordinação real do trabalho no capitalismo contemporâneo, menos essa subordinação se expressa de maneira aparente, dada a vinculação de todo um conjunto de novas atividades ao processo da valorização do capital, que antes não participavam diretamente do mesmo.

1.5 A conjuntura atual e o ciclo de crises

De maneira combinada com essas mudanças na morfologia das relações de trabalho e de produção, observamos toda uma nova configuração no que tange ao vínculo estabelecido entre as dinâmicas internacionais do capital e o Estado–Nação. Esta reconfiguração estabelece uma maior dificuldade para que as formas constituídas da política sejam capazes de incidir nos processos econômicos e, por consequência dessa incapacidade, observamos uma aceleração dos ciclos de crise do capital. Como já buscamos explicitar anteriormente, o desmonte do modelo keynesiano de gestão do Estado significou uma crescente diminuição da capacidade do mesmo de estabelecer qualquer tipo de restrição aos imperativos de acumulação desordenada do capital, que tendem a levá-lo a sucessivos períodos de crise, conforme já demonstrado exaustivamente pela economia política marxista.

No capitalismo contemporâneo, um encadeamento de mecanismos tende a imobilizar a ação econômica qualitativa do Estado. O primeiro grande problema é o crescente endividamento do mesmo que, vinculado à diminuição de sua arrecadação, a ausência de controle monetário e ao desmantelamento do setor estatal da economia, faz

com que o Estado se torne diretamente subordinado à volatilidade do capital financeiro e aos empréstimos a juros flutuantes.

Desde que o acordo de Breton Woods foi quebrado, a ausência de um padrão de ancoragem internacional de moedas levou a uma crescente imbricação entre o movimento de financeirização e o chamado “mercado de câmbio”, no qual as próprias dívidas públicas se tornaram fontes de especulação para o capital financeiro. Na medida em que se estabelecem importantes oscilações no valor das diversas moedas nacionais, observa-se uma imbricação entre estes “mercados de cambio” e os “mercados de obrigações públicas”, a partir do que os Estados se vêem obrigados a uma permanente política de ajuste fiscal e monetária e restrição de gastos com políticas públicas para conseguirem rolar suas dívidas e se tornarem atraentes para investimentos exteriores.

Segundo Francois Chesnais,

A derrubada do sistema monetário internacional que havia sido estabelecido ao fim da Segunda Guerra Mundial está no âmago da falta de regulação ulterior. A morte deste sistema, em 1971, levou por etapas, não somente ao desaparecimento de qualquer ancoragem internacional das moedas, como também à transformação do mercado de câmbio em um espaço onde moedas e ativos financeiros estão indissolivelmente imbricados.

Hoje em dia, todas as moedas, inclusive o dólar (e mesmo que os Estados Unidos não sofram as conseqüências como todos os outros países) *voltaram a se confundir entre os ativos financeiros* cuja valorização resulta de sua circulação (venda e compra, tomadas e concessão de empréstimos) e das variações do seu valor relativo. Essa circulação se dá nos mercados de cambio, que são, ao lado dos mercados de “produtos derivados”, o segmento de mercado mais importante por seu volume, o mais imprevisível e o mais devastador em seus efeitos econômicos.(...)

Sem freios, graças ao desmoronamento das barreiras que o sistema de Breton Woods erguera provisoriamente, os instrumentos de liquidez criados pelo governo americano para financiar a dívida pública deram início à economia do endividamento (a *debt economy*). Desde meados da década de 1970, ela se tornou parte integrante das características estruturais da economia americana, primeiro, e depois de muitos outros países, entre os quais a França. Nos Estados Unidos, o montante acumulado da dívida pública, da divisa das empresas e da dívida das famílias (crédito ao consumidor, *leasing* etc.) era de 1,9 trilhão de dólares em 1970 e já atingia 4 trilhões em 1978. Mas a economia de endividamento americana também alimentou o florescimento dos euromercados,

primeiro elo do nascimento dos todo poderosos mercados financeiros de hoje. (CHESNAIS, 1994, p.248)

Este cenário nos permite traçar alguns apontamentos acerca do caráter profundamente instável que a hegemonia do capital financeiro confere ao atual estágio de reprodutibilidade do capital. Esta instabilidade, por sua vez, demonstra que o conjunto de estratégias e medidas assumidas pela classe dominante que se expressam no neoliberalismo e na “acumulação flexível” não foi capaz de superar as contradições fundamentais do capitalismo que o levam a enfrentar sucessivos períodos de crise como consequência da lei da queda tendencial da taxa de lucros, descoberta por Marx.

Mais do que isso, o atual estágio de reprodutibilidade do capital não consegue alcançar as taxas médias de crescimento verificadas no período do pós-guerra, o que expressa que o modelo neoliberal não pode sequer ser representado como um novo período de desenvolvimento do capital tal qual o testemunhado no período fordista-kenesiano. Ao contrário, significa, como anunciamos no início do presente capítulo, uma nova configuração de poder e de distribuição de renda, vinculada a uma reorganização das técnicas e relações de produção, que marcou um profundo favorecimento para a classe dominante. Além disso, observamos o aprofundamento da hegemonia dos Estados Unidos para dar sobrevida ao capital durante um período que François Chesnais caracteriza como uma depressão de longa duração. Segundo o autor:

Atualmente, em primeiro lugar, o modo de produção mostra à luz do dia, de forma cotidiana, sua incapacidade de gerir a existência do trabalho assalariado como forma predominante de inserção social e de acesso à renda. Depois de ter destruído o campesinato e boa parte dos artesãos urbanos, desertificado regiões inteiras, apelado para o exercito industrial de reserva dos trabalhadores imigrantes, criado concentrações urbanas desumanas e inadministráveis, ele condena milhões de assalariados e jovens ao desemprego estrutural, isto é, à marginalização, passando facilmente à decadência social. No mesmo movimento ele acentua, dentro de cada país, as diferenças profissionais e sociais, a ponto de convidar as camadas mais favorecidas a tomarem “atitudes

separatistas”. Em segundo lugar, o sistema, pela primeira vez em toda sua história, confiou completamente aos mercados o destino da moeda e das finanças.

Os governos e as elites que dirigem os principais países capitalistas adiantados deixaram que o capital-dinheiro se tornasse uma força hoje quase incontrolável, que se ergue em total impunidade “diante do crescimento mundial”. Por fim os Estados viram sua capacidade de intervenção reduzida a bem pouco pela crise fiscal, e os fundamentos de suas instituições solapados a ponto de torná-los quase incapazes de impor qualquer coisa ao capital privado. (CHESNAIS, 1994, p.306)

O caráter provisório e insuficiente do rearranjo do capitalismo se deixa perceber claramente ao observarmos a sucessão de crises econômicas, quase invariavelmente iniciadas no setor financeiro, que acometeram o mundo a partir da década 90. O fato de estas crises se expressarem fundamentalmente no setor financeiro nos obriga a buscar os mecanismos de vinculação desta expressão com as contradições estruturais do capitalismo.

A hegemonia do capital financeiro no capitalismo contemporâneo deve ser entendida, como já buscamos sinalizar anteriormente, como uma necessidade do capital para fazer frente à diminuição da sua taxa de lucros que deflagrou a crise dos anos 70. Essa necessidade, por sua vez, se apresenta ela própria composta por duas tendências contraditórias que podem ser definidas como um aspecto “funcional” e outro “disfuncional” do capital financeiro para o conjunto da reprodutibilidade do capital. Se por um lado o capital financeiro representa a satisfação da necessidade do aumento da velocidade de giro do capital e da subordinação do maior número possível de atividades humanas ao seu processo de valorização, por outro representa um ônus crescente ao capital produtivo, na medida em que representa a apropriação de um montante cada vez maior de valor por uma esfera improdutiva.

Esta apropriação, por sua vez, expressa uma tendência do capital de se distanciar das atividades produtivas, já que as taxas de lucro no setor financeiro tendem a ser maiores do que no setor produtivo por conta da tendência da queda da taxa de lucros

decorrente do aumento da composição orgânica do capital. A financeirização aparece, assim, como expressão de um período em que o capital não consegue estabelecer taxas de crescimento estáveis e contínuas para fazer frente à já citada queda tendencial da taxa de lucro e, por conta disso, recorre a todos os métodos possíveis de valorização artificial.

Dado que a lógica do capital, como se sabe, não é aquela da satisfação das necessidades humanas, mas sim do seu próprio acúmulo, é inevitável que neste processo de apropriação de valor por parte do setor improdutivo o capital busque infundáveis mecanismos de valorização artificial. Este movimento, por sua vez, irá gerar o crescente caráter “fictício” dos valores expressos nos ativos financeiros. Sendo assim, fica explícito que a extrema “sensibilidade” do sistema financeiro e as sucessivas crises pelo qual o mesmo passa refletem uma tendência recessiva mais profunda do conjunto do capitalismo. De novo seguindo Chesnais:

A esfera financeira alimenta-se da riqueza criada pelo investimento e pela mobilização de uma força de trabalho de múltiplos níveis de qualificação. Ela não cria nada por si própria. Representa a própria arena onde se joga um jogo de soma zero: o que alguém ganha, dentro do circuito fechado do sistema financeiro, outro perde. Quando a esfera financeira deixa de ser alimentada por fluxos substanciais, cuja origem encontra-se exclusivamente na esfera da produção, as tensões dentro do circuito fechado se intensificam, e com elas a aproximação de crises financeiras. Devido a isso o sistema financeiro hipertrofiado tem uma sensibilidade extrema, quase patológica, às modificações de conjuntura, por mínimas que sejam, pois é essa conjuntura que condiciona o volume de transações a partir do qual se formam os lucros financeiros. (CHESNAIS, 1994, p.310)

A identificação do caráter provisório e insuficiente dos reparos e mudanças que o capitalismo conseguiu operar não deve nos levar, no entanto, a subestimar sua capacidade de perpetuação e reprodução, além de expressar uma série de importantes

impasses e dificuldades para qualquer tentativa de transformação qualitativa da ordem do capital. O fato de o ciclo de crises ter se acelerado não pode nos levar a acreditar que a simples pauperização ou a precarização das condições de vida do conjunto dos indivíduos que são obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviver significa um fortalecimento do questionamento ao capitalismo. Pelo contrário. Mesmo com a aceleração dos ciclos de crise, estas ainda não assumiram o caráter de uma “crise de reprodutibilidade”. E na ausência de uma proposta política alternativa, o capital, através da combinação de mecanismos políticos e econômicos, consegue diminuir seus prejuízos. Contenção das perdas em determinados setores da economia através de mudanças no caráter e da localidade dos investimentos e aprofundamento de políticas de privatização dos lucros e socialização das perdas via socorros estatais para bancos e empresas falidas, somados a mais cortes nos gastos públicos com direitos sociais, têm se mostrado até agora como forma segura de o capital evitar que as crises coloquem em cheque o atual modelo mundializado e neoliberal.

Se, no período da social democracia, a concessão de benesses e direitos representava a forma de integração fundamental à ordem vigente, no período atual a própria pauperização ou sua ameaça têm se mostrado igualmente eficientes em manter os homens vinculados à “compulsão obtusa do econômico” (Marx). Esta pressão, articulada a uma profusão e reconfiguração do consumo e uma remodelagem da ideologia dominante, tem se mostrado igualmente eficiente como instrumento capaz de manter a subserviência da esmagadora maioria dos indivíduos à ordem estabelecida.

1.6 Conclusão parcial

A partir da exposição acima acreditamos que está colocado o conjunto de elementos que irão determinar a reconfiguração do capitalismo em sua forma

“mundializada” e neoliberal. Um detalhamento dos elementos e determinantes que expressam essa reconfiguração é relevante justamente para operar a diferenciação do que surge de qualitativamente novo nesta reconfiguração em oposição àquilo que será apresentado como o “totalmente novo” no nível da aparência e da fenomenologia do capitalismo e de sua lógica cultural e política. Esta distinção será importante porque nos abre a chave interpretativa da relação entre aparência e essência do capitalismo contemporâneo. Buscaremos trabalhar com a hipótese, anunciada por Harvey, de que a hibridização entre novas formas de sociabilidade (mudança nas relações de trabalho e consumo) e a recepção de bens culturais constitui uma nova aparência do capitalismo contemporâneo.

Porém, esta nova aparência se estabelece em interação com o aprofundamento das formas de dominação essenciais do capitalismo, ou seja, exploração da força de trabalho e o poder político concentrado nas mãos da classe dominante. Este vínculo contraditório entre essência e aparência não é casual, e sim, na nossa linha interpretativa, uma necessidade do capitalismo, dada sua incapacidade de promover qualquer desenvolvimento civilizatório para a humanidade.

É neste movimento de contradição que se estabelece aquilo que Fredric Jameson denomina de “lógica cultural pós-moderna” e que se articula de maneira peculiar com a ideologia e o programa político neoliberal. Ao atentarmos para este vínculo contraditoriamente necessário entre o totalmente novo na aparência e a perpetuação e aprofundamento qualitativo do já existente na essência, teremos chaves interpretativas para crítica de dois sentidos aparentemente opostos, mas, a nosso ver, complementares no âmbito político cultural. A ideia de que vivemos num mundo “totalmente novo”, no qual as formas de determinação e problemas que marcaram a modernidade não mais têm significado, e a noção, tão presente na ideologia neoliberal, de que vivemos um

“fim das ideologias” e de que o mundo existente é inexorável, ou seja, a supressão da possibilidade de transformações qualitativas no que tange à totalidade social, revelam assim sua unidade ao atentarmos para o sentido regressivo do atual período histórico.

2 - O Neoliberalismo e a Cultura

2.1 A oligopolização da mídia e o desenvolvimento de novas tecnologias de comunicação

O processo de oligopolização da mídia deve ser entendido de maneira articulada com o conjunto de transformações sociais que buscamos explicitar no capítulo anterior. Isso porque a expansão dos meios de comunicação e a importância dos mesmos para o conjunto da economia capitalista também passam por significativas mudanças nos dois períodos que buscamos comparar. Esta vinculação entre mudança no padrão de acumulação do capital e o lugar dos meios de comunicação nesta mudança será fundamental para nossa exposição. A hipótese que com a qual buscaremos trabalhar é aquela já anunciada por Walter Benjamin em *A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica* e por Adorno e Horkheimer em *A indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas*. A partir do momento em que a lógica de produção industrial incorpora a atividade cultural sob a égide do capital, cada desenvolvimento do processo cultural e comunicativo guarda em seu âmago uma contradição. Por um lado, representa uma ampliação da capacidade de produção e recepção de bens culturais e, por outro, representa uma degradação e instrumentalização desta produção ao fenômeno da alienação capitalista. A partir desta premissa podemos observar sucessivos movimentos de passagem da subordinação formal para a subordinação real. Ou seja, em cada momento no qual se desenvolve o processo cultural e comunicativo sob a égide do capital, a subordinação evolui de uma apropriação do resultado desta atividade para a valorização do capital e avança em direção à própria gênese e morfologia do processo. Obviamente que o processo de subordinação formal nunca se esgota totalmente na subordinação real e que, por outro lado, mesmo nos primórdios da relação entre capital e cultura já se estabeleciam movimentos de

subordinação real. Sendo assim, tomaremos como ponto de partida o período clássico da indústria cultural, que se inicia nas primeiras décadas do século XX e atinge seu ápice no período de crescimento do pós- guerra, naquilo que chamamos de período fordista- keynesiano. Após este primeiro desenvolvimento, a indústria cultural passará por um desenvolvimento significativo e uma transformação qualitativa no momento da reestruturação produtiva e no futuro período de acumulação flexível e neoliberal. Neste segundo momento, algumas tendências que estavam unicamente delineadas no período clássico e apontadas como tendências por Adorno e Horkheimer se tornam concretas. Rodrigo Duarte coloca esta transformação nos seguintes termos.

Uma das constatações mais evidentes no tocante à comparação entre a indústria cultural de hoje e a de setenta anos atrás é que a nova mundialização do capitalismo internacional, consolidada após o fim do bloco soviético, tornou-se a “aldeia global”, que na época de sua concepção por McLuhan era uma possibilidade abstrata, uma realidade concreta. No entanto essa globalização dos meios de comunicação não se dá em termos recíprocos entre os participantes do mercado mundial de comunicações, já que representa, na verdade, um reforço da “estadunização” da cultura de massas em todo o planeta, o que pode ser demonstrado por fatos como os que se seguem: em 1991, 30% da transmissão televisiva na Europa eram de produtos estadunidenses; na Alemanha o índice chegava a 67%. Por outro lado, a esmagadora maioria de toda produção européia de televisão dessa época - cerca de 90% - nunca deixou seus países de origem, não havendo, no presente, dados que desmintam esse quadro do início da globalização. (DUARTE, 2008, p. 98)

Esta mudança será determinada por dois fatores fundamentais:

1- O grande desenvolvimento de todo setor terciário da economia (serviços, comércio, finanças, etc) que passam a se expandir expressivamente nos anos 60 naquilo que Mandel chama de “capitalismo tardio” e atinge seu ápice com a reestruturação produtiva;

2- O processo de oligopolização da economia que se estabelece tanto no sentido horizontal, quando um só grupo ou poucos grupos controlam um determinado momento da atividade econômica, como no vertical, que faz com que os diversos

momentos de uma cadeia produtiva sejam controlados por um só grupo ou conglomerado de grupos econômicos, intensificando assim a unificação destes diversos setores visando à maior valorização do capital. Seguindo com Duarte observamos que

Outro fenômeno que hoje está ainda mais consolidado é a tendência, desde o início da globalização, ao predomínio dos oligopólios de *hardware* (muitos de origem japonesa) na aquisição de antigos estúdios que se estabeleceram em Hollywood, no início da década de 1910, e se tornaram, ao longo do século XX, mega produtores do cinema. A Sony, por exemplo, que já em 1988 comprara a CBS, adquiriu, no início da década de 1990, a Columbia Pictures e possui, desde 1996, o seu próprio canal de televisão (Sony Television). A Matsushita, proprietária de marcas como a Panasonic e a JVC, assumiu na mesma época o controle da MCA Universal. A Toshiba se associou em meados da década de 1990 à Time-Warner sobre a qual ainda direi algo adiante para desenvolverem conjuntamente o hoje o tão popular DVD. (Idem, *ibidem*)

Esta citação deixa claro que o avanço da oligopolização no capitalismo contemporâneo e a constituição das grandes corporações transnacionais têm no movimento econômico que se estabelece em torno do processo cultural uma de suas principais expressões, na medida em que passam a se integrar processos de produção de bens tecnológicos de alto valor agregado (dispositivos de produção, vinculação e recepção de bens de comunicação) a intensificação da realização do valor do capital através de um serviço (o conteúdo dos bens de comunicação) e a construção de mega grupos multinacionais que operam na integralidade deste processo. Segundo Denis de Moraes

A oligopolização das mídias insere-se no painel de forte concentração de comandos estratégicos e de mundialização de conteúdos, mercadorias e serviços, facilitada pelas desregulamentações, pela supressão de barreiras fiscais, pela acumulação de capital nos países industrializados, pela deslocalização geográfica das bases de produção e, evidentemente, por redes tecnológicas de múltiplos usos... As pretensões de auto-suficiência desfazem-se diante da exigência de vultosos recursos para sustentar a capacitação tecnológica, a diversificação produtiva, a pesquisa sistemática de inovações, a acirrada competição em mercados internacionalizados e o marketing global. Estes itens requerem integração de circuitos e equipamentos, de métodos de gestão e de interconexões de sistemas operativos. Fusões, parcerias e consórcios deixam

entrever perspectivas para o intercambio e o acréscimo de competências gerenciais e especializações produtivas em redes, sistemas, produtos e marcas. É a interpenetração de aparatos tecnológicos, de sistemas operativos, de modelos de planejamento, de negócios conjugados e de um valor-de-uso complementar que introduz circunstâncias e fatores sinérgicos. (MORAES, 1998 p.60)

Este processo de oligopolização de uma série de esferas da economia em torno da atividade cultural traz outra novidade no que tange à importância da indústria cultural para o conjunto da economia capitalista. Ao contrário do período clássico da indústria cultural, no qual Adorno e Horkheimer observaram uma subordinação da atividade cultural às indústrias de “bens de produção” como a siderurgia e a eletroeletrônica, com o movimento de oligopolização que buscamos destacar acima a indústria cultural se autonomiza e passa até mesmo a subordinar estes setores da economia primária. A indústria cultural passa desta maneira, a integrar uma constante renovação tecnológica como forma de viabilizar o aumento em escala ampliada da sua capacidade de produção e difusão de bens culturais. A tecnologia empregada na comunicação aumenta em escala exponencial a partir do período da reestruturação produtiva, tanto nos dispositivos de produção como naqueles de recepção, passando por um movimento de convergência que faz com que a velocidade e a facilidade desta recepção de bens culturais sejam significativamente ampliadas. Se tomarmos o período que vai dos anos 70 do século passado até hoje, observaremos a consolidação e difusão de maneira ampliada da televisão, o surgimento das tecnologias analógicas de gravação e reprodução de imagens através de vídeo cassetes, as transmissões via satélite e cabo, surgimento dos CDs e, já nos anos 90, a explosão de toda tecnologia digital a partir da qual se desenvolvem as TVs a cabo, os telefones móveis e, principalmente, a internet, operando todos em uma plataforma comum, o que deixa antever o que alguns analistas denominam de convergência midiática.

Existe aqui a necessidade de abordarmos com mais atenção o significado deste expressivo desenvolvimento das tecnologias e dispositivos de comunicação. No momento em que levamos em conta a vinculação existente entre a nova configuração sócio-econômica do capitalismo e o desenvolvimento das novas tecnologias de comunicação podemos apreender o significado da reconfiguração do *modus operandis* da mídia e a ampliação da capacidade produtiva de bens simbólicos no capitalismo contemporâneo. Fica explícita assim a necessidade de uma criteriosa distinção entre o conceito de mídia e o de dispositivo. Enquanto o último se refere simplesmente ao suporte material e técnico através do qual se produz, difunde ou recebe uma mensagem, o conceito de mídia corresponde tanto a um dado critério de arranjo destes suportes como o conjunto de relações sociais que transformam estes suportes em uma instituição social e, por fim, uma certa tipicidade dos conteúdos vinculados pela instituição social em questão.

Esta distinção é de suma importância na medida em que nos permite um distanciamento crítico em relação a toda uma sorte de teorias integradas da comunicação que hoje se articulam em torno de uma “euforia tecnológica”. Estas teorias buscam entender o atual estágio do processo comunicativo como uma simples consequência do enorme desenvolvimento técnico vinculado ao mesmo. Este desenvolvimento, ao aumentar exponencialmente a produção de comunicação, seria capaz de garantir a todos os indivíduos amplas possibilidades de escolha acerca do tipo de bens culturais que desejam consumir ao mesmo tempo em que possibilitariam, por si só, que um número sempre crescente de indivíduos possa produzir e vincular cultura e, assim, promoveria uma liberdade que tornaria supérflua qualquer tentativa de entender a totalidade do processo comunicativo e os momentos de determinação existentes em sua produção. Levada ao extremo, estas teorias da recepção integradas promovem uma

indistinção entre o momento qualitativamente determinante da produção de bens culturais e o momento da recepção, que ao se hibridizarem tornar-se-iam agora igualmente produtores do significado da produção cultural.

Porém quando atentamos para a vinculação existente entre o desenvolvimento tecnológico envolvido no processo de comunicação com a nova etapa de acumulação do capital, voltada para intensificação dos movimentos de valorização através do encurtamento dos ciclos de produção e consumo, e a subordinação deste movimento a centros diretivos cada vez mais centralizados, fica evidente que a aparência de fragmentação e horizontalidade absoluta existente em parte do processo comunicativo contemporâneo constitui um novo movimento de passagem da subordinação formal para a subordinação real deste processo a lógica do capital. Evidentemente que os bens culturais continuam também satisfazendo uma necessidade humana verdadeira, ou seja, a necessidade humana de aprender e refletir sobre sua realidade, e a ampliação da produção cultural guarda, potencialmente, uma ampliação da satisfação desta necessidade. Concretamente, existe aqui a necessidade de uma distinção entre o valor de uso de um bem cultural, ou seja, sua capacidade de satisfazer a necessidade humana de comunicação, e uma instrumentalização ideológica deste valor de uso que geralmente acompanha a transformação do mesmo em valor de troca. Retomando a questão inicial, percebemos que o capitalismo contemporâneo apresenta uma segmentação do tecido social, uma complexificação da vida cotidiana e uma multiplicação das contradições e, portanto, a ampliação da capacidade de produção de bens culturais diversificados vem acompanhada desta mudança. Porém a dimensão contraditória deste novo rearranjo também se deixa perceber nesta vinculação existente entre as mudanças no processo de comunicação com a nova etapa de acumulação do capital quando levamos em conta nossa exposição do capítulo anterior, na qual buscamos demonstrar que o atual período

histórico expressa um aprofundamento das formas de dominação estruturais do capitalismo.

Esta vinculação expressa a necessidade de superprodução por parte da economia capitalista para fazer a frente à já citada tendência à queda da taxa de lucros e o agendamento do consumo para dar vazão a esta necessidade de superprodução do capitalismo contemporâneo. Sendo assim, a grande capacidade de produção de bens simbólicos no capitalismo contemporâneo guarda uma relação de complementaridade contraditória entre um valor de uso e um valor de troca. É ela capaz de agendar toda uma lógica de consumo que poderia ser definida como um dos aspectos de seu valor de uso, no mesmo momento em que permite que novas formas de cultura se desenvolvam e se expressem, o que seria o outro aspecto da contradição no que tange a esse valor de uso da produção cultural contemporânea. No que tange ao valor de troca, como já anunciamos anteriormente, estes próprios bens culturais, quando apropriados ou produzidos pela indústria cultural, são realizadores de valor em escala planetária capazes de integrar um serviço (o conteúdo cultural) a um bem de alto valor agregado (os suportes e dispositivos tecnológicos de vinculação e recepção dos bens culturais).

Esta dualidade remete a outro problema da superprodução semiótica, que exige uma maior pormenorização. A partir do momento em que mudam significativamente as condições de produção de bens simbólicos e culturais é evidente que não podemos simplesmente reproduzir o conceito clássico de indústria cultural para dar conta do fenômeno da subordinação da mesma à lógica do capital. A maior facilidade com que são produzidos e recebidos os bens culturais na atualidade e a segmentação na produção e recepção destes bens de fato representa uma mudança em relação ao período clássico da indústria cultural. Critérios como padronização e a simplificação da produção que caracterizavam o dito período da indústria cultural hoje

tem que ser reproblematisados. Na verdade, a superprodução semiótica e o desenvolvimento tecnológico fizeram com que se multiplicassem inúmeras formas de mensagens culturais e segmentos de produção recepção para ditas mensagens. Não se trata de descartar alguns dos aspectos clássicos do conceitos de industria cultural, mas sim de ampliá-los. No período clássico apresentava-se, grosso modo, a ideia de um centro diretivo que padronizava o conteúdo das produções ao mesmo tempo em que se preservava certa autonomia relativa da formas “regionalizadas” de cultura midiática. Se retomarmos a citação de Rodrigo Duarte que abre o presente capítulo, perceberemos que hoje a mundialização hegemônica pela cultura dos EUA conferiu um caráter de “totalidade” à cultura midiática. Sendo assim o princípio da padronização, ao contrário de muitos argumentos “integrados” no que tange à análise da mídia, se expandiu no período contemporâneo. Porém, essa padronização nos meios abertos e de maior penetração se combinou com uma segmentação do público em parcelas específicas para outro tipo de consumo cultural. Se lembrarmos do nosso capítulo anterior, no qual buscamos vincular uma segmentação aparential das classes sociais em diversos sub-grupos vinculados a uma subordinação essencial destas aos princípios diretivos do capital, teremos uma interessante chave interpretativa para este fenômeno. Segundo Denis de Moraes

Se nos anos 80 a segmentação das bases consumidoras pronunciava-se como alternativa a homogeneização de gostos pelas indústrias culturais, hoje a chamada hiper-segmentação consolida-se como um dos alvos centrais das práticas mercadológicas. A massificação de audiência continua sendo a bitola preferencial de redes de televisão aberta, emissoras de rádio AM e periódicos de grande circulação - mas os veículos de comunicação investem, simultaneamente, na fragmentação e no reagrupamento de consumidores por interesses afins. Os usuários formam comunidades autônomas, de tamanhos substantivos e capacidade de respostas imediatas aos estímulos dos meios de promoção. Cabe aos aparatos de publicidade e marketing estudar suas aspirações para vinculá-las a mercadorias e serviços diversificados. (MORAES, 1998 p.197)

Verificamos assim um princípio de complementaridade existente entre o princípio da padronização e aquele da segmentação. Os princípios de segmentação e organização por grupos de interesses se estabelecem tendo como pano de fundo um aprofundamento do caráter totalizante da indústria cultural. Ao capturar e produzir padrões mais específicos, ela aumenta a subordinação dos indivíduos ao princípio da mercadização de todas as esferas da vida, o que significa um aprofundamento do fetichismo mistificador que Adorno e Horkheimer identificam como categorias constitutivas da indústria cultural. Perceber, assim, como esta tendência de segmentação e fragmentação se vincula a formas de padronização e totalização reificadas, constituindo um momento importante da reprodução do capitalismo contemporâneo, assim como buscar entender como a expansão da capacidade de produção cultural pode ser aproveitada como um dos elementos de questionamento a esta reprodução será a nossa tentativa daqui para frente.

2.2 A mercantilização da cultura e a desertificação do real

Neste contexto de reconfiguração da indústria cultural e de triunfo do modelo econômico neoliberal testemunhamos um novo arranjo entre cultura, economia e política. A análise de Fredric Jameson em seu clássico *Pós Modernismo, Lógica Cultural do Capitalismo Tardio*, oferece chaves interpretativas preciosas para esta problemática. No capítulo intitulado *O pós modernismo e o mercado*, Jameson analisa como a expansão qualitativa da lógica da mercadoria para o campo simbólico traz uma série de avanços qualitativos para tendências identificadas no período clássico da indústria cultural. Como Adorno e Horkheimer já haviam explicitado, a mesma tem como práxis a inserção da cultura na lógica da mercadoria. A realidade deixa de ser valorada, se

tornando uma série de faticidades a serem aceitas. Na lógica cultural do neoliberalismo, com o avanço qualitativo da mercadização do campo simbólico, observamos uma crescente sobreposição valor de troca ao valor de uso.

Este processo se verifica de forma muito clara na esfera da publicidade, onde o ato de consumir praticamente se dissocia do benefício que um determinado produto pode proporcionar. Se, no período anterior, a publicidade visava a exaltar o valor de uso de um determinado produto para que, no ato concreto da compra, seu valor de troca se realizasse, no período do neoliberalismo é a necessidade do consumo permanente que garante aos indivíduos o seu sentimento de adequação à ordem vigente. Assim, o consumo cada vez mais se dissocia das necessidades e se torna, ele próprio, uma necessidade. O que deve ser enfatizado é o valor de troca, a apropriação de valor no ato de consumir. O consumo de mercadorias deixa de ser uma forma de se atender a necessidades passíveis de satisfação pelo valor de uso da mercadoria. O benefício que ela traz é o seu próprio valor de troca, a satisfação de possuir, de se apropriar de uma quantidade de valor.

Na esfera do entretenimento esta lógica também se verifica, na medida em que se observa uma tendência à dissociação entre reflexão e o consumo dos bens culturais artísticos, como filmes, músicas, programas de TV, etc. O processo de consumo de tais bens significa a adaptação à lógica da reificação, uma vez que exigem, por um lado, que o indivíduo abra mão de sua capacidade valorativa para consumi-lo, já que o bem em si mesmo tem uma estética não-valorativa. Por outro, a velocidade com que estes bens são oferecidos, somados à fragmentação do real que os mesmos promovem, exigem do consumidor um permanente esforço de “atenção passiva”, indispensável para o consumo destes bem culturais.

No campo do jornalismo, o processo de imposição de uma lógica única e reificada pode parecer menos imediato, mas não é, de maneira nenhuma, menos poderoso. Se no período da socialdemocracia existia um conjunto de valores subentendidos e compartilhados, que conferiam sentido a um fato jornalístico, isso estava relacionado à ideia de que o sistema social tinha que “prestar contas” sobre sua capacidade de proporcionar liberdade, igualdade, etc. Ou melhor, na medida em que um determinado sistema social nada mais é do que um conjunto de interações entre homens, um fato jornalístico “negativo” significava que algo não está bem, que deveria ser modificado através da intervenção política organizada, etc. É notório, por exemplo, o papel que a mídia teve na guerra do Vietnã. Quando as atrocidades da guerra começaram a ser divulgadas, aumentou a pressão interna e externa contra os EUA, o que acabou constituindo-se em um dos fatores que obrigaram a retirada das tropas norte-americanas. Este é só um dos exemplos em que a cobertura jornalística teve papel decisivo para instrumentalizar ações políticas organizadas. Com o advento do mercado simbólico neoliberal, no entanto, o jornalismo perde esta função, já que se acentua uma relação essencialmente não identitária entre indivíduos e a totalidade social. A relevância do fato jornalístico deixa de ser determinada por sua capacidade de conferir um sentido a um fato social. O que está em jogo, agora, é a incessante apresentação de um conjunto de informações fragmentadas, que tem muito mais o sentido de inserir o indivíduo em uma ordem pré-existente e aparentemente imutável, ou melhor, obrigar o indivíduo a uma incessante aceitação de um conjunto de informações para que se sinta parte do “mundo global”. Nesta lógica, o fato jornalístico como ápice de um processo social dotado de significado, como era pensado no período da socialdemocracia, deixa de ter sentido. Também a ideia de verdade, que sempre conferiu sentido à prática jornalística e que possibilitava a expressão de discursos contra-hegemônicos no

jornalismo (pois pressupunha uma ação subjetiva que buscava contextualizar um fato), parece desprovida de sentido. A ideia de busca de uma verdade social cede lugar à espetacularização do fato apresentado como um fim em si mesmo.

A reificação da produção cultural passa, desta maneira, a se acentuar, fazendo com que publicidade, entretenimento e jornalismo cada vez mais se aproximem na instauração desta mercadização do simbólico. Neste novo vínculo entre mercado e cultura, o homem abdica de sua função de construtor de valores e se torna um apropriador incessante de identidades prontas, que se vinculam à expansão da lógica do consumo que reduz os indivíduos a um potencial apropriador incessante de mais-valia, fruto do trabalho alheio em todas as suas formas. Ele se torna um agente incessante da sua crescente desumanização. O homem não é mais capaz de se construir enquanto sujeito e se rebaixa à categoria de objeto, uma vez que se realiza não mais através de sua atividade, mas sim da apropriação de bens (simbólicos e materiais, que constroem um circuito fechado no qual um remete a outro) desprovidos de valor. Constrói sua identidade não mais através de sua atividade, mas da adequação incessante ao já dado, pois esse processo de adequação nunca é completo. Este sistema parece reafirmar a tendência à desumanização dos homens já apontada por Marx nos *Grundriss*:

A circulação é o movimento em que a alienação geral aparece como apropriação geral. Embora a totalidade desse movimento possa muito bem afigurar-se um processo social, e embora os componentes isolados desse movimento originem-se na vontade consciente e nos interesses particulares dos indivíduos, a totalidade do processo aparece como uma relação objetiva, de surgimento espontâneo; uma relação que resulta da interação de indivíduos conscientes, mas que não faz parte da sua consciência nem é globalmente abarcada por eles. Seus conflitos dão origem a um poder social alheio, que se situa acima deles. Sua própria interação (afigura-se) um processo e uma força que independem deles. Por ser a circulação uma totalidade do processo social, ela é também a primeira forma em que não apenas a relação social figura-se uma coisa independente dos indivíduos, digamos, como uma moeda ou num valor de troca, porém o mesmo acontece com a totalidade do

próprio movimento social. (MARX Grundrisse *apud* JAMESON, 1991, p.279)

A novidade é que no neoliberalismo esta lógica é potencializada por um gigantesco aparato midiático, também articulado em um sistema fechado, como já vimos acima, e que de forma eficiente e oportuna legitima este processo através da apologia a uma inerente incapacidade e limitação humana à sua auto-emancipação, como afirma Fredric Jameson em *O Pós Modernismo e o Mercado*.

O mercado, portanto, é o Leviatã em pele de Cordeiro: sua função não é incentivar e perpetuar a liberdade (muito menos a liberdade do tipo político), mas antes reprimi-la; e a propósito dessas visões pode-se realmente reavivar os lemas dos anos de existencialismo - o medo da liberdade, a fuga da liberdade. A ideologia de mercado assegura-nos que os seres humanos estragam tudo quando tentam controlar seu destino (o socialismo é impossível), e que é uma felicidade possuímos um mecanismo interpessoal - o mercado - capaz de substituir a arrogância e o planejamento humanos, e de substituir por completo as decisões humanas. Só precisamos mantê-lo limpo e bem azeitado, e então - como o monarca de muitos séculos atrás - ele cuidará de nós e nos manterá nos eixos. (JAMESON 1991, p. 280).

Quando atentamos para a ampliação exponencial da produção semiótica e das tecnologias de comunicação, à qual fizemos menção no início deste capítulo, temos uma importante chave interpretativa para problematizar este novo status que a ideologia de mercado assume no capitalismo contemporâneo. Este aumento da capacidade de produção fez com que a indústria cultural pudesse oferecer uma quantidade enorme de mercadorias culturais. A partir daí, a ideologia mercantil ganha uma nova dimensão, desconhecida no período do liberalismo original. Ela passa a ofertar, através da indústria cultural, uma série de sensações, identidades, entretenimento e informações para serem consumidas em escala global. Esta enorme quantidade de bens simbólicos ofertados pela indústria cultural sobre a forma de mercadoria passa, então, a cumprir uma dupla tarefa. Por um lado, tais bens transferem para a ideologia mercantil todas suas qualidades "inerentes". A ideologia mercantil passa a ser legitimada, já que se torna o

mecanismo capaz de alimentar os indivíduos com um fluxo constante de informações, sensações, identificações, vivenciamentos, excitações e satisfações. É como se só no capitalismo global liberal as "informações" pudessem circular livremente e os indivíduos pudessem intercambiar suas "identidades" via indústria cultural.

Complementarmente a isso, a simbiose entre imagem e coisa, entre conceito e objeto, a partir do momento em que passamos, por exemplo, a conferir valor de uso a uma mercadoria através de sua imagem, em que “consumimos o valor de troca de uma mercadoria”, faz com que, no final das contas, seja o conceito o sacrificado. De novo voltamos ao problema da não-diferenciação entre fato e valor, porém agora esse processo se eleva a um novo patamar. Quando se fecha o circuito entre ideologia mercantil e liberalismo econômico, entre imagem da mercadoria e mercadoria, observamos que o processo de reificação inerente à sociedade capitalista dá um salto qualitativo. Essa reificação se dá sobre a forma da construção de uma generalidade (a ordem neoliberal e a ideologia mercantil) que deriva de uma série de parcialidades (o conjunto de relações sociais e as representações midiáticas), mas que quando se constitui como generalidade parece "ganhar vida própria" e passar a determinar essas especificidades.

No entanto, quando essa generalização ocorre, ela opera uma "pequena" modificação na essência destas relações e suas representações. Aquilo que era uma relação social constituída por homens e, portanto, passível de ser transformada pelos mesmos, se torna uma lei objetiva, à qual só resta aos mesmos se submeterem acriticamente. É o que ocorre quando o "estar informado" se sobrepõe e se torna imperativo em relação ao conteúdo das informações, quando o "estar entretido" se impõe ao conteúdo do entretenimento, quando o consumir se sobrepõe à finalidade de um consumo específico, e assim por diante. Ora, se existe um imperativo anterior e

externo ao sujeito, ao qual ele tem de se submeter para desempenhar sua atividade, em última análise ao qual ele tem de se submeter inclusive para existir, então como desempenhar uma atividade crítica? Esta atividade seria um sinônimo de não existir.

Posto em outras palavras: se o "estar informado" por um telejornal é um imperativo anterior ao conteúdo das informações e é mais importante que as informações, se é ele que determina e dá sentido à existência das informações, e é a maneira única de "estarmos participando do mundo global", como problematizarmos o conteúdo das informações? Se as informações não estabelecem uma relação valorativa com o assunto abordado, mas sim são a confirmação sempre repetida de uma certeza e de uma ordem já pré-estabelecida, elas são, por assim dizer, "ímmunes a qualquer tipo de crítica". Nesta lógica, o indivíduo só passa a existir quando ele se "assujeita" e se subordina a um imperativo externo a si próprio. Jameson descreve este circuito entre identidades e valores simbólicos reificados, ideologia mercantil e indústria cultural *high tech* da seguinte maneira:

"Grande parte da euforia do pós-modernismo decorre dessa celebração do próprio processo de informatização high tech (sendo a prevalência das atuais teorias da comunicação, da linguagem ou dos sinais um subproduto ideológico dessa 'visão de mundo mais geral'). Esse é, portanto, como talvez dissesse Marx, um segundo momento em que (como o capital geral em contraste com os 'muitos capitais') os meios de comunicação 'em geral', como um processo unificado, são de algum modo colocados em primeiro plano e vivenciados (em contraste com o conteúdo das projeções individuais da mídia); e essa totalização, ao que parece, é que permitirá uma ponte com imagens fantasiosas do 'mercado geral' ou do mercado como um processo unificado". (JAMESON 1991, p.283)

Sendo assim a crescente situação de insatisfação, aparente ausência de perspectiva e sentido relevante para vida que os indivíduos contemporâneos exprimem - quer seja através de discurso ou sobre a forma de atos e atitudes que demonstram grandes doses de ceticismo, cinismo e indiferença – devem ser entendidas em conjunto com os infindáveis objetos de satisfação ofertados pela indústria cultural, que podem ser

consumidos sob a forma de produtos materiais propriamente ditos, eventos, programas ou até mesmo sensações e “selfs”. Mais do que isso, parecem se retro-alimentar, o que nos leva a deduzir que, mais do que serem complementares, são, em última análise, um só processo e, portanto, devem ser entendidos como pólos opostos de uma contradição.

A pergunta que se segue, portanto, é: que contradição é essa, quais são os mecanismos de interação entre estes dois fenômenos ou, de novo, se formos às últimas consequências, em que medida ambos são expressão de um só problema? A primeira resposta, mais imediata, aparentemente dominante e aceita de forma mais ou menos tácita / consensual entre aqueles que se propõem a ter uma visão crítica dos processos de comunicação / sociabilização que vigem no capitalismo contemporâneo aponta para uma crítica ao “consumismo” desenfreado dos indivíduos. Ora, um consumismo (entendido de novo em sentido amplo, ou seja, não só de produtos, mas também de vivências, experiências, excitações, sensações, etc.), seja ele realizado ou frustrado, tanto faz, na medida em que o consumo, como sabemos, sempre gera mais necessidade de consumo e nunca se realiza integralmente como dele se exige, só poderia gerar isso mesmo: indivíduos inevitavelmente frustrados, compulsivos, descontrolados, “excessivamente faltosos”. A solução, portanto, seria a opção por uma “vida mais equilibrada”, serena, autoconsciente, sem tantas exigências e expectativas. No entanto, essa resposta guarda, justamente em sua aparência de simplicidade, obviedade e eficiência (na medida em que aponta uma solução fácil e clara, do estilo “basta querer”) uma armadilha ideológica importante. Inicialmente fiquemos no aspecto imediato da questão, ou seja, no perigo que a crítica de esquerda corre de se tornar normativa. O que geralmente ocorre, quando ela cai no erro de deslocar o foco dos problemas das estruturas sociais para o comportamento dos indivíduos, seus desvios e etc. e, aí sim,

flertar perigosamente com a crítica / normatização social de direita, na medida em que se torna moralista, punitiva, inquiridora e etc.

Esse equívoco, no entanto, não se explica por si só. Ele remete a outro, mais profundo, de caráter epistemológico. Incorre naquilo Slavoj Žižek, em seu ensaio *Como Marx Inventou o Sintoma*, denomina de fascínio fetichista pelo conteúdo oculto sobre a forma, geralmente expresso em orações do tipo: isto **parece** x, mas na **verdade** é y. Žižek tenta, nesse ensaio, explorar todos os ângulos possíveis da afirmação de Lacan de que “não foi ninguém senão o próprio Marx que inventou a noção de sintoma” e enfatiza essa questão da crítica ao fascínio fetichista pelo conteúdo oculto sobre a forma apontando uma homologia no método de Marx para a crítica da mercadoria e do de Freud para a interpretação dos sonhos.

Em ambos os casos, a questão é evitar o fascínio propriamente fetichista do ‘conteúdo’ supostamente oculto sobre a forma: o segredo a ser revelado pela análise não é o conteúdo oculto pela forma (a forma mercadoria, a forma sonho), mas, ao contrário, o ‘segredo’ dessa própria forma. O entendimento teórico da forma dos sonhos não consiste em desvendar, a partir do conteúdo manifesto seu ‘cerne oculto’, os pensamentos latentes do sonho; consiste na resposta à pergunta: por que os pensamentos latentes do sonho assumiram essa forma, porque foram transpostos para a forma de um sonho? O mesmo ocorre com as mercadorias: o verdadeiro problema não é penetrar no ‘cerne oculto’ da mercadoria - na determinação de seu valor pela quantidade de trabalho consumida em sua produção -, mas explicar por que o trabalho assumiu a forma do valor de uma mercadoria, por que ele só consegue afirmar seu caráter social na forma mercadoria de seu produto. (ŽIŽEK 2003, p.296)

Assim, a crítica ao “consumo” e aos indivíduos parece incorrer nesse erro, na medida em que pretende encontrar na forma aparente do indivíduo faltoso, consumista, o caráter oculto do indivíduo frustrado, sem perspectiva de vida, niilista, cético e cínico. Ao fazê-lo, deixa de tratar a questão como uma contradição real e dialética e a torna uma forma de determinação unilateral mecânica, de causa e consequência.

Sendo assim, a pergunta que nos propomos a partir daqui é diferente. Seria ela: o que há de real, de necessidade “verdadeira” e legítima, porém interrompida, que se expressa sobre a forma simbólica de consumo (sempre em sentido amplo: mercadorias, sensações, etc.) e que molda aquilo que Guy Debord chamou de *sociedade do espetáculo* ou *realização terrestre da ideologia sobre a forma de ritual*? E, complementarmente, o que existe de irreal na frustração do indivíduo cético e niilista (que o leva a uma atitude compulsiva e repetida) enquanto resultado inevitável desse consumo aparentemente ilimitado que se apossa do campo simbólico? Ou seja, tratamos aqui daquilo que Slavoj Žižek em *Bem vindo ao Deserto do Real*, no capítulo *Paixões do Real Paixões do Semblante*, chamou de “efeito de irreal” (em contraposição ao efeito de real que Roland Barthes identificava nas produções simbólicas da década de 60), que significa aquilo que foi interrompido e frustrado no âmbito do real e que exige do indivíduo um esforço constante, um dispêndio de energia para “não lembrá-lo”, não representá-lo no campo do simbólico, ou se remeter ao mesmo sempre através de fantasias – fantasias essas que tanto se aproximam das possibilidades, de consumo, de satisfação, de experiências sempre possíveis mas sempre frustradas. Ou seja, verdadeiras formas de “realização terrestre da ideologia através do espetáculo”.

Ao recolocarmos o problema nestes termos já damos um passo importante para nos contrapormos à sensação de impotência que o problema colocado sobre a perspectiva do fetiche do conteúdo oculto sobre a forma e sua conseqüente crítica unilateral ao “consumo” tende a gerar, na medida em que se centra nos indivíduos tomados quase que de forma isolada e perde de vista o processo global. Se tomarmos a contradição dialeticamente e entendermos que seus dois lados estão, portanto, em interação, devemos então tomar como impulso primeiro da crítica aquilo que está presente nestes dois lados. Deveríamos, então, nos voltar para aquilo que está presente

tanto no aspecto “cético” como no aspecto “consumista” do indivíduo. Aquilo que o indivíduo concreto perdeu e que se expressa sobre a forma simbólica de um consumo aparentemente ilimitado, porém sempre frustrado.

Atentamos assim para o fato de que tanto o “consumismo” como o “ceticismo” são expressões de um indivíduo que se comporta como se o mundo no qual está inserido fosse uma externalidade hostil a ele. No momento do consumo ele busca “remediar” essa sensação com um esforço compulsivo de incorporação para si deste mundo. Já no momento do ceticismo, busca se isolar do mesmo como que afirmando que ele é algo que lhe é externo, portanto, não lhe diz respeito. Em ambos os casos, fica explícito que a existência deste indivíduo já está comprometida quando, no momento de definição de sua sociabilidade, ele é obrigado a aceitar que esta será fundamentalmente uma submissão a uma externalidade que não lhe diz respeito e à qual só lhe resta a submissão (as regras da sociedade, as regras da vida, as regras da profissão, as regras do mercado e assim por diante). No entanto, essa submissão não se estabelece de uma maneira “natural”, dócil e pacífica como parece supor a crítica do consumo puro e simples ao apostar que o “conteúdo oculto sobre a forma” já é, em si, o indivíduo niilista. Pelo contrário, trata-se de um processo de alienação que reprime a necessidade dos indivíduos encontrarem sentido em sua existência e em seu ser e exige um sacrifício sempre repetido de submissão ao *status quo*, submissão e adaptação essas que nunca são completas, uma vez que se trata de um dever ser que não é, tendencial, abstrato, tal qual a lógica do fetiche da forma mercantil, que cada vez mais parece se apossar de todos os aspectos e instâncias do capitalismo contemporâneo.

Portanto, será essa uma alienação que violenta o sujeito contemporâneo no momento de sua constituição uma vez que, ao invés de moldar o mundo de acordo com suas necessidades, o sentido do sujeito do capitalismo neoliberal parece ser adaptar-se

incessantemente a uma ordem que, se não está satisfazendo suas necessidades, não é por conta da natureza dessa ordem - já que ela, enquanto dever ser tendencial, é perfeita - mas sim por conta da ausência de esforço e sacrifício de adaptação por parte desses indivíduos à mesma. Assim a culpa por qualquer necessidade frustrada ou não satisfeita recai sobre os indivíduos que passam então a competir entre si para tentar provar que é o mais adaptado e, ao mesmo tempo, o mais cético quanto a qualquer possibilidade de transformação social ou de sentido verdadeiro para a existência.

Sendo assim observamos a tendência a uma cisão entre o “ser” e o “fazer” do indivíduo contemporâneo, cisão esta que, mais do que uma simples consequência da perda do sentido da ação do sujeito, é pré-condição para a prática cotidiana dos indivíduos. Ou seja, é como se fosse necessário “não ser” para fazer e, mais do que isso, como vimos anteriormente, um esforço infinito para não ser uma vez que a tentativa de ser enquanto sujeito representa uma rejeição ao dever ser da mercadoria que é vivenciada como causa de todas as frustrações.

Quando nos damos conta deste processo finalmente fica claro porque não podemos abordar a relação entre indivíduo cético / consumista a partir da perspectiva do conteúdo oculto sobre a forma. Agora fica claro que o indivíduo cínico, cético e niilista não é mais a essência, o núcleo duro do real do indivíduo contemporâneo, que se expressa sobre a forma indivíduo consumista. Este indivíduo já é ele, por sua vez, a expressão de um mecanismo dinâmico, forma de expressão do fazer sem ser ou, levando às últimas consequências, o cinismo é a expressão acabada **da necessidade de não ser** para fazer. A partir do momento em que entendemos esse cinismo não como uma essência estática, mas sim como resultado de um mecanismo, como uma atitude, que demanda um trabalho de negação do sentido da existência do sujeito, podemos apontar que esse ser que foi recalcado no fazer tem de se expressar sobre alguma forma. E é

justamente a forma do consumo potencialmente ilimitado, porém virtual, que será a forma resultante necessária deste mecanismo cínico / repressivo.

Acreditamos que esta forma que o ser assume é necessária porque, primeiro, é assim que se expressa a energia vital que foi reprimida no momento de definição da sociabilidade do indivíduo contemporâneo. Essa energia que deve ser cinicamente abandonada se expressa agora no campo simbólico reificada na indústria cultural, nos rituais de realização terrestre da ideologia e assim por diante, sobre a forma de objetos de satisfação ilimitados. Porém aqui essa realização é falsa, na medida em que ela está quantificada, sob a forma de mercadoria, e é consumida ao invés de ser produzida pelo sujeito como momento indispensável de sua constituição. Esse é um dos elementos que determina o fato de ela permanecer apesar de toda a sua opulência, irreal, artificial, em última análise, frustrada. E na medida em que se estabelece esse contraste entre a aparente opulência e oferta ilimitada e a frustração inevitável no final das contas, uma vez que, em última análise, é um objeto de satisfação virtual, uma “realização terrestre da ideologia”, ele volta a retroagir sobre o “indivíduo real que faz mas não é”, fortalecendo e retro-alimentando o cinismo e a sensação de falta de sentido. Ou seja, essa frustração simbólica gera sentimentos do tipo “apesar de às vezes a vida parecer potencialmente plena e dotada de grande significado, que podemos ser senhores do nosso destino e almejar uma transcendência, nós sabemos que isso é só uma ilusão, que em última análise devemos nos contentar com a mediocridade, as imposições, a monotonia e a falta de sentido da vida, devemos nos acostumar com a idéia de que a vida é algo a ser ‘suportada’ e não vivida em sua plenitude”. E esse efeito ideológico será, no fim das contas, indispensável para a legitimação do indivíduo cínico que vive e reproduz o capitalismo contemporâneo, que já não se legitima como capaz de promover nada.

Sendo assim, percebemos que uma forma de sujeito que o capitalismo contemporâneo produz é resultante da cisão do indivíduo entre seu **ser** (a atividade onde ele encontra satisfação para suas pulsões, sentido pra sua existência, realização de suas potencialidades, ou seja, nas formas terrenas de realização da ideologia de que fala Guy Debord) e seu **fazer** (um trabalho, uma sociabilidade e uma política alienados de seu núcleo real e, portanto, necessariamente cínicos) e faz com que, justamente por separar estas duas esferas, leve o mesmo a uma perda do sentido para sua existência, paralisante e ahistórica, onde o presente é vivido como aquilo que Slavoj Zizek chama de “deserto do real”, permeado por “efeitos de irreal”.

2.3 O significado da imagem na cultura contemporânea

Após termos exposto alguns nexos entre a mercantilização da cultura e a sociabilidade no capitalismo contemporâneo, seria interessante desdobrarmos o vínculo apontado acima para o nexo entre a lógica da mercadoria e sua expressão na fenomenologia das imagens vigentes na cultura contemporânea. Atualmente o audiovisual é o principal veículo de expressão do discurso hegemônico e guarda um vínculo estreito com outras formas de comunicação visual calcadas na imagem, como a fotografia publicitária e jornalística. Telejornais, telenovelas, seriados, cinema comercial estadunidense, publicidade televisa e seriados do estilo *sitcom* expressam uma articulação entre forma e conteúdo que demonstra uma tendência a apresentar a imagem como um signo da mercadoria do ponto de vista expressivo-formal e a igualar fato a valor do ponto de vista do sentido discursivo.

A explicitação deste mecanismo nos abre uma nova possibilidade de compreensão acerca da fenomenologia da imagem na contemporaneidade. Se

retomarmos a hipótese jamesoniana que buscamos desenvolver no tópico anterior, segundo a qual na cultura midiática contemporânea os meios de comunicação “em geral” são colocados em primeiro plano e vivenciados em si mesmos a despeito de qualquer avaliação da significação e do sentido que suas emissões produzem, a sua “célula básica”, as imagens, parecem também complementarmente assumirem um caráter “auto-evidente”. Isso porque, se o “estar informado” ou “estar entretido” se tornam um fim em si mesmos indiferentes ao conteúdo e sentido dessas “informações” e “entretenimentos”, a mediação entre signo e objeto representado parece se perder. Se o processo comunicativo ganha a aparência de fim em si mesmo, a imagem será então reificada, uma vez que divorciada de uma mediação com seu objeto gerador, e não poderá significar outra coisa que não sua imperatividade. Nesse processo, observamos uma concretização da indistinção entre fato e valor que buscamos analisar anteriormente. E como consequência disso, cada vez menos uma noção de sujeito em seu sentido moderno parece ter lugar na estética das imagens contemporâneas. Isso porque a noção de sujeito se baseia, fundamentalmente, em uma distinção entre fato e valor. Sua trajetória de constituição compreende fundamentalmente três movimentos: o sujeito deve ser capaz de se entender como algo diferente de uma dada conjunção objetiva da realidade, abstrair essa conjunção enquanto representação da mesma na qual ele estabelece uma configuração dessa realidade capaz de realizar suas necessidades e, por fim, retroagir sobre essa realidade para transformá-la de acordo com suas necessidades.

Esse atual status da imagem nos coloca defronte a um novo conjunto de problemas. A auto-evidência da imagem parece nos remeter novamente à oposição entre totalidade e particularidade, porém em uma nova configuração. Antes de aprofundarmos nossa conceituação, seria útil traçarmos um histórico no que tange à fenomenologia da

imagem para que possamos tentar demarcar continuidades e descontinuidades. Fredric Jameson em seu ensaio *Transformações da Imagem na Pós – Modernidade* nos propõe a seguinte categorização:

Dentro da teoria da visão, que depende necessariamente da elaboração histórica de uma cultura social da visão, que depois teoriza, podem ser distinguidas três etapas no século XX: um momento colonial (ou sartreano), um momento burocrático (ou foucaultiano) e, finalmente, um momento pós-moderno. (JAMESON, 2006, p.128)

Explicando aquilo que chama de “momento sartreano ou colonial” Jameson afirma:

O olhar aparece dramaticamente como um tema filosófico válido em si mesmo na obra de Jean-Paul Sartre, e pode ser virtualmente considerado como sua maior inovação, sem nenhum débito em relação ao existencialismo heideggeriano, e somente em débito com a luta hegeliana pelo reconhecimento no que se refere a seu conteúdo conceitual interno. Em Sartre, o grande tema do olhar se liga à problemática da coisificação ou reificação, do devir do objeto, do converter o visível - e mais dramaticamente o sujeito visível- em objeto. (JAMESON, 2006, p.129)

Já no que diz respeito ao momento “foucaultiano ou burocrático”, Jameson afirma:

A apropriação dos temas da reificação e do olhar que Foucault realiza, apropriação que começa com *Histoire de La folie*, e depois se desenvolve de forma idiossincrática em toda a sua carreira, pode ser vista como o momento de burocratização do fenômeno. A tentativa de Foucault de transformar uma política da dominação em uma epistemologia, e de ligar o saber e o poder tão intimamente como para torná-los inseparáveis, transforma assim o olhar burocrático que busca a mensurabilidade do outro e de seu mundo, doravante reificados. (Idem, Ibidem, p .120)

E finalmente no “momento pós-moderno propriamente dito”:

A nova situação, que chamei de terceiro momento, momento propriamente pós-moderno ou avatar da visualidade hoje, apresenta agora problemas paradoxais. Ela significa uma mais completa estetização da realidade que é também ao mesmo tempo uma visualização ou colocação em imagem mais completa dessa mesma realidade. Entretanto, onde o estético impregna tudo, onde a cultura se expande até ao ponto em que tudo se torna aculturado de uma ou, nessa mesma medida, o que se costumava chamar filosoficamente de distinção ou especificidade do estético ou da cultura tende, agora, a obscurecer-se ou desaparecer

completamente. Se tudo é estético, não faz muito sentido evocar uma teoria distinta do estético; se toda a realidade tornou-se profundamente visual tende para a imagem, então, na mesma medida, torna-se cada vez mais difícil conceituar uma experiência específica da imagem que se distinguiria de outras formas de experiência. (Idem, Ibidem, p.135)

A primeira demarcação necessária é a compreensão de que, na passagem do momento “sartreano ou colonial” para o momento “foucaultiano ou burocrático”, temos um deslocamento do “ato de olhar” para o “lugar designado ao objeto olhado”. A posição sartreana (e lukacsiana, uma vez que a elaboração do conceito de reificação e sua primeira aplicação à estética é obra do marxista húngaro) enfatiza categorias compreensivas e cognitivas que fazem com que, na representação imagética de uma dada realidade, a mesma seja “objetivada” e assim subordinada aos interesses daquele que constitui essa imagem. No momento “foucaultiano ou burocrático” a questão irá residir muito mais nas dinâmicas e disposições intrínsecas que essa realidade (**doravante reificada como enfatiza Jameson**) apresenta. O segundo momento, então, apresentaria em relação ao primeiro um avanço na “funcionalização” e na “compartimentação” da imagem.

Uma ressalva aqui é indispensável. O grifo na passagem na qual Jameson afirma que essa imagem que agora é funcionalizada se constituiu reificando uma determinada realidade é muito mais do que mero preciosismo. Enfatiza que o processo de reificação não foi superado. Foi, por assim dizer, tomado como um pressuposto e que, enquanto tal, perderia sua principalidade do ponto de vista expressivo-fenomenológico. No entanto, temos que ir além na ressalva. Na habitual elegância e complexidade de sua análise, Jameson, ao categorizar os três momentos da teoria da visão no século XX, irá estabelecer um diálogo crítico com cada um desses três momentos. Esse diálogo crítico estabelece ao mesmo tempo uma compreensão do que foi o momento, o significado e influência que o mesmo estabeleceu em relação à totalidade social e a mediação e o

sentido que a teoria que o demarcou estabeleceu com o seu objeto. Esse último aspecto ganha relevância ao analisarmos a passagem do momento “colonial” para o momento “burocrático” e da teoria sartre-lukacsiana para a teoria foucaultiana. Isso porque se é bem verdade que nessa passagem a imagem sofre uma compartimentação e uma funcionalização, por outro lado ela não deixa de estabelecer uma relação reificadora com o objeto que ela representa. Daí Jameson enfatizar o “doravante reificada”. E, ao fazer presente esse aspecto, faz uma crítica ao pensamento foucaultiano. A aproximação ou ausência de diferença qualitativa que o mesmo faz, do ponto de vista ontológico, entre ser e saber, ou, do ponto de vista epistemológico, entre sujeito e objeto, ao moldar a sua teoria do poder, termina por não dar a devida ênfase ao fato de que somente uma imagem que guarde uma relação de reificação em relação ao seu objeto pode ser convertida em engrenagem de processos de poder e compartimentação. Que fique claro que não se trata de ignorar o papel que a imagem enquanto instrumento de compartimentação da sociedade assume a partir da década de 70. Mas que fique claro, também, que isso só é possível ao se manter a mercadoria enquanto unidade estruturante da totalidade social.

Passemos, pois, ao terceiro momento. A realidade se torna “completamente estética” ou, pelo menos, a imagem parece se divorciar totalmente do objeto que ela representa e como consequência disso as imagens parecem se associar, se combinar, se harmonizar entre si de uma maneira “livre”. É como se as imagens não tivessem mais nenhuma obrigatoriedade intrínseca, e por isso pudessem finalmente se expressar enquanto fenômeno em si. Daí, segundo Jameson, é que a imagem poderia se voltar para si mesma e abriria a possibilidade de observarmos “no pós-moderno tentativas variadas de reinventar o Belo como uma categoria de experiência cultural”. Essa compreensão da imagem, que na verdade pode ser estendida a quase todo o processo

cultural-comunicativo contemporâneo (dada a relevância já citada da imagem para o dito processo), gerou uma infinidade de teorias “integradas”, “afirmativas”, ou “positivas” da cultura e da comunicação que buscamos apontar no tópico anterior. Fundidas ao otimismo *high tech* já citado, deslocaram a atenção do momento e do sentido intrínseco à produção da imagem para a sua recepção. Isso porque se a imagem não tem “função outra” do que a sua própria realização, a sua reinvenção do Belo, o momento da significação seria o momento da recepção. E, a partir daí, estabelece-se uma indefinição acerca da qualidade e do significado das imagens. É como se, a partir deste momento, não existisse mais distinção entre a potencialidade expressiva e reveladora do fenômeno imagético e sua instrumentalização e reificação.

No entanto, uma observação mais atenta dessa tentativa de “história da fenomenologia da imagem no século XX” proposta por Jameson irá nos revelar outra dimensão do problema. O refinamento desta análise irá procurar estabelecer um vínculo entre uma historicidade do próprio fenômeno da imagem e a historicidade da teoria que busca descrevê-la. Essas duas historicidades, no entanto, não são idênticas. A crítica a ambas, então, permite revelar aquilo que num primeiro momento o fenômeno da imagem tende a ocultar na sua constituição. Partindo destes dois níveis de compreensão diferentes e complementares devemos centrar nossa atenção justamente na **passagem** de um momento para outro.

Na passagem do primeiro momento para o segundo observamos, então, a permanência de uma reificação da imagem e do olhar, mesmo que este não seja o elemento aparente imediato deste segundo momento. Sendo assim, o aspecto que aparentemente foi negado pela teoria que anunciava o segundo momento (Foucault) por outro lado foi preservado na fenomenologia da imagem propriamente dita mesmo que não como elemento principal de sua “aparência”. Estendendo esse método

compreensivo, observaremos que a imagem pós-moderna só pode negar os dois momentos anteriores na medida em que ela os incorpora. Só pode se apresentar enquanto “livre de qualquer relação com seu objeto originário” e “livre de qualquer relação burocrática organizativa” no que tange às “dinâmicas intrínsecas dos objetos representados” porque em seu processo de expressão essa imagem já incorporou as duas funções que lhe eram imputadas pela cultura capitalista nos momentos anteriores. Observamos atualmente que a imagem só pode se anunciar como livre de qualquer relação com seu objeto originário porque ela parece ser tão “objetiva” quanto objetos “tangíveis”. Ela não se abre para o indivíduo. Ela não permite que o indivíduo que a recebe estabeleça qualquer relação ativa em relação a ela. Ele não é um produtor dessas imagens. Ela impossibilita que o indivíduo influa nas mensagens e imperativos que ela anuncia. Ela não tem por intenção ser passível de transformação. Ela não cria sujeitos e sim induz os indivíduos a se assujeitarem. A condição de não-sujeito é a precondição para se envolver livremente com o intercâmbio de imagens que a cultura contemporânea promove associada a diversos *selves*, enquanto momento da mercadização do campo simbólico.

Para uma primeira apreciação da relação que o fenômeno imagético contemporâneo estabelece com as dinâmicas sociopolíticas e de como a fenomenologia da imagem atual incorpora os dois momentos anteriores a partir do momento em que “a própria realidade se apresenta como inteiramente estética”, a noção de sociedade do espetáculo, de Guy Debord, é extremamente esclarecedora. Segundo essa noção, a estetização profunda da realidade contemporânea tem por fundamento o fenômeno da reificação. A realidade apresentada enquanto estética seria o momento último do processo de alienação, momento no qual segundo Marx “o totalmente humano se apresenta como totalmente inumano”. A realidade estetizada se apresentaria para o

sujeito como algo pronto, um dever-ser acabado a ser permanentemente buscado. Sua vida cotidiana seria uma incessante tentativa de aproximar sua existência à projeção especular/espetacular que a realidade estetizada contemporânea apresenta. Ou, elevado às últimas conseqüências, o espetáculo seria o momento em que a ideologia deixaria de ser somente uma expressão de consciência deformada e se tornaria um sem número de atos, atitudes e formas de relacionamento que os indivíduos praticam em seu cotidiano na tentativa de se colocarem a par do dever-ser da mercadoria, que seria a entidade dotada da capacidade de realização final de suas necessidades. Esse efeito eufórico, excitante, se estabelece como um estado perfeito da mercadoria. Na sua apresentação estética, midiática, seria como se a mercadoria se conciliasse finalmente como o homem. Só ali que ela aparece em toda a sua extensão como realizadora de todas as necessidades humanas.

Somente a partir dessa nova dimensão genericamente “coisal” do signo, em que se identifica o suporte ou meio da mensagem com uma generalidade de significado, que se pode produzir o efeito de cancelamento das determinantes objetivas do processo social (de novo, o efeito de irreal do qual fala Zizek) e, assim, fruir um a espécie de liberdade “epifenômenica” na qual o processo da reificação ganha uma nova dimensão. Aqui, num avanço qualitativo da reificação, o que está em jogo é, mais do que uma redução direta do conjunto das relações humanas à concreticidade inexorável das necessidades materiais, uma espécie de necessidade abstrata, resultante deste novo status aparentemente autônomo e auto-evidente dos signos que podem ser infinitamente recombina-dos, mas nunca transformados em sua essência, uma vez que a mesma está, de antemão, alienada. Surpreendentemente, esta tendência de ampliação da reificação para o campo da subjetividade e da atividade cognitiva já havia sido anunciado por

Lukacs em *Historia e Consciência de Classe*, obra que funda a crítica ao fenômeno da reificação:

“A metamorfose da relação mercantil em coisa dotada de uma ‘objetividade fantástica’ não pode, pois, limitar-se à transformação em mercadorias de todos os objetos destinados à satisfação de necessidades. Imprime a sua estrutura a toda a consciência do homem; as propriedades e faculdades desta consciência não estão ligadas somente à unidade orgânica da pessoa, aparecem como ‘coisas’ que o homem ‘possui’ e ‘exterioriza’, tal qual como diversos objetos do mundo exterior. E não há, em conformidade com a natureza, qualquer forma de relação dos homens entre si, qualquer possibilidade para o homem de fazer valer as suas ‘propriedades físicas e psicológicas’, que não esteja submetida a esta forma de objetividade”. (LUKÁCS, 1989, p.115)

Tematizando este problema do atual status da imagem como expressão da reificação do signo, Jameson irá proceder uma excelente ilustração do problema no capítulo sobre vídeo do *Pós Modernismo, Lógica Cultural do Capitalismo Tardio*. A predominância da forma vídeo na cultura pós-moderna será interpretada ali como índice desta tendência. Tomando o vídeo como forma de expressão da lógica cultural pós-moderna, a imagem enquanto signo “automizado” será interpretada como um fenômeno complementar à explicitação da dimensão material da própria produção cultural. Esta concomitância será entendida como uma necessidade, o que possibilitará, do ponto de vista lógico, uma re-historicização do fenômeno.

Era uma vez uma coisa chamada signo, que quando apareceu, na madrugada do capitalismo e da sociedade afluente, parecia relacionar-se, sem nenhum problema, com seu referente. Este apogeu inicial do signo – o momento da linguagem referencial ou literal, ou das asserções não problemáticas do assim chamado discurso científico – deu-se por conta da dissolução corrosiva das formas mais antigas da linguagem mágica por uma força que chamarei de reificação, uma força cuja lógica é da separação violenta e da disjunção, da especialização e da racionalização, de uma divisão do trabalho taylorista em todos os domínios. Então esse primeiro momento de decodificação ou de realismo não pôde durar muito tempo; por uma inversão dialética, ele mesmo se tornou, por sua vez objeto da força corrosiva da reificação, que entra no domínio da linguagem para separar o signo do referente. Essa disjunção não abole completamente o referente, ou o mundo objetivo ou realidade, que ainda tem uma estrela diminuída ou um

anãozinho vermelho. Mas sua grande distância do signo permite que este viva momento de autonomia, de uma existência relativamente livre e utópica, se comparado com seus antigos objetos. Essa autonomia da cultura, essa semi-autonomia da linguagem é o momento do modernismo e do domínio estético que reduplica o mundo sem ser totalmente parte dele, deste modo adquirindo certo poder negativo ou crítico, mas também uma certa futilidade do outro mundo. Mas a força da reificação que fora responsável por este novo momento tampouco pára aí: em outro estágio, potencializada, em uma espécie de reversão da quantidade pela qualidade, a reificação agora penetra no próprio signo e separa o significante do significado. Agora a referência e a realidade desaparecem de vez, e o próprio conteúdo – o significado – é problematizado. Resta-nos o puro jogo aleatório dos significantes que nós chamamos de pós- modernismo, que não mais produz obras monumentais como as do modernismo, mas embaralha sem cessar os fragmentos de textos preexistentes, os blocos de armar da cultura e da produção social, em nova bricolagem potencializada. (JAMESON, 1991, p. 117-118)

A partir desta historicização da reificação do signo e do atual triunfo da imagem como expressão desse processo, podemos ampliar nossa análise. Na medida em que a auto-evidência do signo é entendida enquanto dimensão aparente de um processo que o transcende, podemos, à maneira de uma “dialética negativa”, buscar novamente a totalidade que sustenta essa auto-evidência da parte. Aqui, a teoria da imagem e da visão pode novamente ser entendida como um momento da constituição histórica do sujeito.

Nesta perspectiva seria interessante invocar a concepção de Walter Benjamin acerca da experiência humana e sua dissolução nas formas de alienação e barbárie que o século XX testemunhou, e sua tentativa de vincular o desenvolvimento das capacidades cognitivas humanas constitutivas desta experiência com sua potencial emancipação política. Esta experiência aparece em Benjamin como pré-condição da capacidade reflexiva enquanto momento da práxis, capaz de conferir um sentido singular à atividade humana, singularização esta que poderia quebrar o *continuum* absoluto ao qual a sociedade capitalista condena os indivíduos. Como forma de evocar esta vinculação entre uma teoria da imagem e da visão e um sentido mais amplo da condição de

experiência humana, Slavoj Žižek, no já citado *Bem Vindo ao Deserto do Real*, ao comentar *O que Resta de Auschwitz*, de Giorgio Agamben, evoca uma tetralidade modal composta por possibilidade (ser capaz de ser), contingência (ser capaz de não ser), impossibilidade (não ser capaz de ser) e necessidade (não ser capaz de não ser).

Agamben se refere às quatro categorias modais (possibilidade, impossibilidade, contingência e necessidade), articulando-as ao longo do eixo subjetivação-dessubjetivação: possibilidade (ser capaz de ser) e contingência (ser capaz de não ser) são operadores da subjetivação; ao passo que a impossibilidade (não ser capaz de ser) e necessidade (não ser capaz de não ser) são os operadores da dessubjetivação - e o que acontece em Auschwitz é o ponto em que os dois lados do eixo se unem. (ŽIŽEK, 2002, p.160.)

Auschwitz representa o ponto histórico em que esses processos entram em colapso, a devastadora experiência em que o impossível é imposto ao real. Auschwitz é a existência do impossível, a negação mais radical da contingência; é, por tanto, a necessidade absoluta. O *Muselmann* [o “morto vivo” do campo] produzido por Auschwitz é a catástrofe do sujeito que então se segue, o apagamento do sujeito como local de contingência e sua manutenção como a existência impossível. (AGAMBEN, 1999, P.148, apud ŽIŽEK, 2002, p.160.)

Esta tetralidade aparece como chave investigativa acerca da vinculação existente entre a apreensão e representação humana do real e sua intervenção sobre o mesmo. Acreditamos que Žižek e Agamben se aproximem assim da célebre problemática frankfurtiana, ao se debruçarem sobre o problema de como os meios que o homem criou para sua emancipação acabam se voltando contra esta própria emancipação. Sendo assim, a imagem, que em seu alvorecer buscava expressar um conjunto de potencialidades humanas, tem que lidar com o fato de que, num dado momento, se torna a expressão acabada da destruição destas potencialidades. Aqui, retomando o vínculo entre forma e conteúdo, teríamos o conteúdo da necessidade absoluta expresso sobre a forma absolutamente necessária da reificação. Tomando esta imagem de Agamben do campo de *Auschwitz* como espécie de paradigma da necessidade absoluta, teríamos aqui uma metáfora da maneira pela qual as formas de instrumentalização da razão e de potencialização da barbárie sob o capitalismo levam à total dissolução do sujeito iluminista. Acreditamos ser possível estabelecer um vínculo entre esta metáfora de Žižek e o problema da imagem como reificação do signo proposto por Jameson, na medida em que ambos expressam o problema da necessidade absoluta enquanto

modalidade imperativa capaz de dominar as outras três (possibilidade, impossibilidade, contingência) como forma de dissolução do sujeito.

A partir desta análise, gostaríamos de buscar uma relação entre a dinâmica da téttrade modal (possibilidade, contingência, impossibilidade e necessidade), que tomamos como constitutiva de uma tentativa de experiência que inclua a dimensão da imagem, e o momento atual em que uma imagem “totalmente virtual” de apresenta como signo incontestado de estabelecido e do dever ser da mercadoria, quer seja na publicidade, no jornalismo ou no entretenimento comercial. Seria somente quando essa imagem entra em relação de afirmação e complementaridade absoluta com o dever ser da mercadoria, cancelando assim suas motivações sócio políticas, que ela poderia se apresentar como avatar da visualidade autônoma. Seria a morte da experiência, transposta para o campo da produção simbólica, como encerramento de qualquer tensão com suas motivações sócio-políticas.

Assim a necessidade, no momento de expressão fenomenológica da imagem hegemônica no mundo atual, colonizaria as dimensões da possibilidade, da contingência e da impossibilidade, que serão todas reduzidas a necessidades absolutas que exigem um assujeitamento a priori para sua recepção. Se quisermos exemplos deste processo, podemos tomar as imagens de expressão da criminalidade e de mortes violentas no jornalismo como uma necessidade absolutamente necessária (não ser capaz de não ser) que paralisa o receptor da mesma; a sensação de diminuição subordinada que o receptor experimenta quando confrontado com o triunfo dos exemplos de sucesso no cinema e diversas formas do entretenimento comercial como impossibilidade (não ser capaz de ser) absolutamente necessária; o direito à escolha oferecido pela imagem publicitária como contingência (ser capaz de não ser) necessária; e, por fim, uma espécie de identificação genérica com todo o dever ser do capitalismo global, num momento em que, retomando a análise inicial de Jameson, o ato de se comunicar se sobrepõe ao conteúdo comunicado como exemplo de possibilidade (ser capaz de ser) absolutamente necessária e assujeitadora.

Ao aproximarmos as duas análises, perceberemos a relevância da ênfase em demonstrar a imagem pós-moderna como uma derivação supressiva dos impasses presentes no processo de significação do realismo e do modernismo. Sendo assim, o método da crítica seria o de explicitar aquilo que foi suprido na constituição da dimensão aparente do fenômeno, para questionar a dimensão de inexorabilidade imperativa que esta imagem apresenta. Essa tentativa estaria em consonância com uma

perspectiva de redenção constitutiva da “história contada a partir da perspectiva dos vencidos” que encontramos desenvolvida por Benjamin nas *Teses sobre História*, no *Programa da Filosofia do Futuro* e em *Paris, Capital do Século XIX*. Sendo assim, a dimensão de vinculação entre sujeito e objeto constitutivo do fenômeno da experiência seria o pólo oposto da contradição da destruição do sujeito pela necessidade absoluta.

Gostaríamos, a partir do destaque de uma coincidência temática entre os três ensaios com a análise de Jameson, de pensar a perspectiva de uma vinculação entre uma temporalidade intrínseca à atividade humana e a retomada dessa temporalidade “imobilizada” por uma imagem. A partir daí, se abriria a possibilidade de uma articulação com a filosofia da história onde, como anunciada na quinta tese, “*A verdadeira imagem do passado perpassa veloz. O passado só se deixa fixar, como imagem que relampeja irreversivelmente, no momento em que é reconhecido*” (Benjamin 1940, p. 224). E nesta perspectiva, a compreensão da história como resultado de uma seqüência de determinantes unidimensionais que se sucedem linearmente, característica do positivismo, seria desestabilizada pelas contradições em aberto que emanam do passado e continuam no presente. Sendo assim, se o presente que observamos seria, em um primeiro momento, uma expressão do pólo dominante da contradição, “da história contada a partir da perspectiva dos vencedores”, ele conteria também enquanto tensão e abertura tudo aquilo que poderia ter sido e que não foi, todos os esforços emancipatórios do passado. É daí que poderíamos ter a possibilidade de uma leitura a contrapelo da história como esforço de construção de uma redenção futura, como descreve a décima segunda tese: “*O sujeito do conhecimento histórico é a própria classe combatente e oprimida. Em Marx ela aparece como a última classe escravizada, como classe vingadora que consoma a tarefa de libertação em nome das gerações de derrotados (grifo nosso)*” (Benjamin 1940, p.228).

Perspectiva essa que também encontrará uma complementaridade no desenvolvimento da filosofia adorniana, começando na *Mínima Moralia* e encontrando seu desenvolvimento último na *Dialética Negativa* e na *Teoria da Estética*. Adorno, ao entender a realidade como “situação de negatividade a ser negada” que só aparece enquanto tal em uma filosofia que “subsiste justamente por ter perdido o momento de sua realização”, buscava também libertar o pensamento e os conceitos do imperativo do estabelecido enquanto um absoluto inexorável. Em movimento contrário ao positivismo e ao pragmatismo, Adorno buscava refutar a idéia de que o conceito só existe enquanto

momento secundário do objeto, frente ao qual deve se render e se conformar com uma posição de constatação a posteriori do já dado. A idéia de *Dialética Negativa* aposta numa rigorosa diferenciação entre sujeito e objeto, uma apreensão da forma de mediação entre ambos de onde emergiria o conceito de totalidade e, por fim, o entendimento de cada fato ou fenômeno enquanto expressão dessa totalidade, onde só então se poderia utilizar o termo de determinação sem que o mesmo representasse um reducionismo e sem também precisar recorrer à idéia de “determinação em última instância”, característica de um marxismo de inspiração mais estruturalista. O sujeito, porém, resguardaria para si a possibilidade de superar essa totalidade, mesmo que em seu momento “determinado” ele seja uma parte constitutiva dessa totalidade estabelecida. É só nesta concepção bem definida que o sujeito pode se sustentar e sustentar sua capacidade crítica e compreensiva. E só a partir dela que Adorno poderá estabelecer um programa (tanto filosófico como estético) no qual a compreensão da realidade guarda para si um potencial emancipatório que não se apresenta explícito na realidade empírica. Sustentar a teoria de uma dialética negativa, na qual a compreensão da realidade não se apresenta como uma confirmação positiva de tendências que se encontram em processo de desenvolvimento imediato na própria realidade, não significa, no entanto, optar por uma teoria que aposte em uma não identidade essencial e ontológica entre sujeito e objeto, como muitas das leituras equivocadas de Adorno afirmaram. Significa uma aposta no potencial emancipatório da práxis humana mesmo que essa não se encontre em um estágio de realização empírica. E, ao mesmo tempo, significa uma resistência às configurações empíricas dessa realidade, que seria consequência de uma atitude filosófica que opta por um conformismo frente às dificuldades e limitações que se apresentam.

Evidentemente, estabelecer uma igualdade entre as filosofias da história e a epistemologia de Adorno e Benjamin seria um equívoco. Não se trata de colocar um sinal de igualdade. No entanto, somente teorizações que guardam entre si elementos de diferenciação podem estabelecer uma relação de complementaridade. Ao contrário das leituras que buscam divorciar os esforços teóricos de Benjamin e de Adorno através de dualidades dissociadas, nas quais o primeiro apareceria como um otimista e o segundo um apocalíptico, ou um místico e um racionalista, ou, até mesmo, um materialista e um neo-hegeliano, gostaríamos de, guardada a devida observância para as especificidades já suficientemente catalogadas, enfatizar como se estabeleceria essa

complementaridade. A distinção rigorosa entre sujeito e objeto constitutivo da dialética adorniana e a hibridização entre ambos que se revela em Benjamin subsidiam uma perspectiva crítica capaz de buscar uma relação entre os fenômenos estéticos e os políticos, num momento em que esta vinculação parece se dissolver ou, então, só se deixar conhecer como “efeito sociológico” (a estética mercantilizada como forma de obter lucro, como forma de convencimento ideológico da classe dominante etc., e todas as suas variantes já bastante abordadas nos tópicos anteriores), justamente enquanto ocultamento de sua dimensão ontológica constitutiva das potencialidades humanas. Ao mesmo tempo, ao se combinarem, possibilitam a persistência de perspectiva de emancipação humana que caracteriza o projeto moderno, num momento em que os meios que se constituíram para a realização deste fim parecem se voltar contra ele.

Este esforço de buscar desvendar o aparente a partir daquilo que foi suprimido na sua constituição oferece, a nosso ver, uma possibilidade de significação para as imagens dialéticas na cultura contemporânea. Tomemos como exemplo de tais imagens a cinematografia latino-americana da década de 90 e início dos anos 2000, tanto documental como ficcional (naquilo que se convencionou chamar de retomada), com suas motivações “neo-realistas”, ou o audiovisual de caráter “ensaístico” do qual a produção recente de Godard seria a maior expressão. Estariam tais formas de expressão imagéticas fadadas ao desaparecimento ou a irrelevância, dado o predomínio, que buscamos sinalizar acima, para as imagens reificadas e fetichizadas como forma de mortificação da experiência? A própria configuração entre os motivadores da imagem e sua fenomenologia na produção hegemônica contemporânea não inviabilizaria, logicamente, imagens dialéticas e construções de sentido a partir das mesmas?

Nossa tentativa de resposta é: sim e não. Sim se pensarmos a história pela égide dos vencedores e pelas determinantes oriundas do pólo dominante da contradição. Não, se lançarmos mão de uma história contada a partir da perspectiva daquilo que foi soterrado, ou suprimido, da perspectiva dos vencidos. Não, se lançarmos mão da perspectiva de uma “dialética negativa”. Seriam estas as bases ontológicas de uma imagem dialética no mundo atual. A revelação de um passado suprimido como elemento constitutivo do futuro, que, ao se revelar, cria uma temporalidade própria, inerente a esta revelação, capaz de proporcionar um singularidade experiencial. Não mais uma temporalidade e uma espacialidade pré-existentes, que exigem o assujeitamento, como no caso da imagem fetiche, signo da mercadoria e subordinação, mas uma abertura para uma temporalidade própria à expressão da imagem, que toma

como base ontológica aquilo que foi soterrado na constituição do existente. E, neste movimento, desestabiliza a idéia de presente como repetição absoluto do já dado, tão conveniente as retóricas de fim da história, propondo a partir daí uma reabertura.

Assim, a imagem dialética teria como característica fenomenológica, no momento atual, a necessidade de estabelecer uma temporalidade própria que consiga estabelecer uma semelhança com aquilo que foi suprimido para a constituição do presente como um absoluto inexorável. E, ao fazê-lo, possibilitaria uma expressão de movimento entre as categorias modais. Seria esse trânsito o mais importante em sua expressão do ponto de vista formal. Mais do que enfatizar um ou outro momento, deve apresentar a dialética que relaciona cada um dos quatro. Até mesmo a imagem brutal de uma possibilidade sendo reduzida a absoluta necessidade pode encontrar, assim, uma expressão dialética. E, por isso, em sua centelha, expressar a possibilidade do futuro.

3. Cultura e ideologia no capitalismo contemporâneo: pontos para uma sistematização

No capítulo anterior buscamos expor um conjunto dos mecanismos de interação entre mercado e cultura, que condicionam a última como importante momento da reprodução do capital. Aqui, buscaremos uma sistematização, através de categorias mais abrangentes, da apreensão da cultura e da ideologia como momento constitutivo das condições de alienação do indivíduo no capitalismo contemporâneo, que leva a uma divisão entre seu ser sócio-cultural e seu fazer vinculado à sua inserção nas relações de produção. Esta alienação aparece como momento definidor da fragmentação e essencialização aparente do capitalismo contemporâneo, que confere o aspecto de inexorabilidade ao mesmo.

Da argumentação acima, podemos depreender a estreita relação existente entre o "triumfo da ideologia mercantil" e a construção de identidades e valores culturais reificados. A problematização desta relação exigirá, portanto, que façamos uma análise mais profunda de como esta reificação ganha força no capitalismo neoliberal e de como ela interage com o discurso pós-moderno, quer seja sobre a forma mais "vulgar" do mesmo, oferecido à maior parte dos indivíduos (o individualismo, a ideia de que não existem mais opções de transformação social, etc.), quer seja sob sua forma mais elaborada, praticada em meios acadêmicos e intelectuais (as teorias de fim da história, fim das identidades universais, etc.).

Esta interação, por sua vez, irá construir um conjunto de valores, ideias, sentidos e significados que serão responsáveis pela consolidação de uma hegemonia significativa do capital sobre sua forma atual. Sendo assim, buscaremos aqui uma aproximação entre os conceitos de reificação (a partir de Lukacs e de seus desdobramentos no pensamento frankfurtiano e da teoria crítica contemporânea) e hegemonia (a partir de Gramsci e seus comentadores), na tentativa de estabelecer apontamentos mais abrangentes acerca do

vínculo entre cultura, política e ideologia na reprodutibilidade do capitalismo contemporâneo. Numa tentativa de concretização da análise, buscaremos então avançar para um nível mais conceitual a partir do vínculo que propomos, buscando assim apreender algo de essencial acerca de como esta articulação entre cultura e mercado se constitui em uma importante ampliação do fenômeno da reificação no capitalismo contemporâneo ao mesmo tempo em que reconfigura o caráter da hegemonia da classe dominante na atualidade.

3.1 Reificação a e fragmentação aparente do real

Seria interessante, assim, inicialmente problematizarmos o conceito de reificação. A primeira questão que se levanta, evidentemente, é sobre a validade de um conceito que tem sua força sustentada pela idéia de universalidade, quer seja quando supõe que o capitalismo se legitima ao construir uma totalidade "formal" externa aos sujeitos, que parece determinar as várias formas de relações sociais específicas, quer seja quando deposita seu potencial crítico-emancipatório na capacidade desses sujeitos de tomarem consciência dessa totalidade, percebendo que ela não é algo externo, mas sim constituída por eles exatamente em suas relações sociais específicas e que, portanto, é passível de ser transformada. Se a atual ordem social é constituída por uma série de interações sociais específicas, fragmentadas, que não estão determinadas por nenhum sistema ou ordem geral, não teria o conceito de reificação perdido seu potencial crítico? Para respondermos a essa questão o primeiro passo é examinarmos mais de perto os pormenores deste fenômeno, analisando os momentos e mecanismos de sua constituição. Marcos Nobre, citando Horkheimer, em *Lukács E Os Limites da Reificação*, faz uma boa demonstração deste processo.

Em suma trata-se aqui da visão do caráter *contingente* desses sistemas racionais parciais, para que se possa confrontar essa contingência com a 'necessidade' de que ela se reveste como forma de dominação concreta no modo de produção capitalista: o racionalismo como método universal faz surgir necessariamente a exigência do sistema, mas, ao mesmo tempo, reflexão sobre as condições de possibilidade de um sistema universal; por outras palavras, a questão do sistema, se posta cientemente, denota a impossibilidade de satisfazer tal exigência. Com efeito, o sistema no sentido que lhe atribui o racionalismo - e outro sistema é uma contradição em si - mais não pode ser do que essa coordenação, ou antes, do que uma supraordenação e uma subordinação dos diversos sistemas parciais das formas (e no interior destes sistemas parciais das formas particulares) em que estas correlações podem ser sempre pensadas como necessárias, isto é, como correlações evidentes a partir do princípio de constituição da formas, como 'produzidas' por elas; em que, portanto, se se puser corretamente o princípio – tendência – põe-se todo o sistema por ele determinado, em que as conseqüências estão contidas no princípio e podem, a partir dele, ser suscitadas, previstas, calculadas. (HORKHEIMER, *apud* NOBRE, 2001, p. 62)

O primeiro elemento que fica explícito na demonstração acima é, justamente, a importância da aparência contingente das relações sociais específicas para que o fenômeno da reificação se desenvolva. Ou seja, antes de mais nada é necessário que os indivíduos estabeleçam relações sociais específicas, motivados por uma aceitação de um "dever ser" inexorável das mesmas. No entanto, é necessário também que este dever ser permaneça formal, tendencial, ou seja, algo que deve ser mas não é, e que, portanto, exige dos indivíduos um permanente esforço de adequação. A partir daí estabelece-se uma inversão, e aqui reside o elemento fundamental, ou seja, as correlações entre diversos sistemas parciais de formas aparentam, agora, serem produzidas **necessariamente** por estes sistemas parciais, por conta de um princípio **interno** destes sistemas. No entanto, este princípio que aparenta ser **interno** a esses sistemas particulares, e **interno** aos sujeitos que constituem esses processos, passa a constituir mecanismos de supraordenação desses sistemas particulares, que parecem então conferir **à interação** destes sistemas um sentido que seria o desdobramento de sua essência e que, ao mesmo tempo, possibilitaria que os mesmos fossem previstos, calculados e

operacionalizados. O **sistema final ou a totalidade**, no fim das contas, não seria, portanto, nada mais do que isso: uma calculabilidade, uma supraordenação tendencial, uma **formalidade**. O resultado **final da operação** é que a totalidade concreta do processo social, que determina cada uma das suas partes, é substituída, no nível da consciência, por uma totalidade tendencial e formal, que parece emanar das interações específicas intersubjetivas, ou melhor dizendo, de um princípio tendencial de interação intersubjetiva que pode, inclusive, parecer ser também interno aos sujeitos envolvidos no processo.

Urge, agora, que nos atenhamos a dois pontos fundamentais que decorrem daí. Primeiro, o processo de supraordenação tendencial da realidade, que se estrutura a partir de uma **fragmentação da realidade no nível da consciência** e o princípio da calculabilidade que constitui essa supraordenação e, segundo, a investigação de qual é o elemento concreto que determina a perda da noção da realidade enquanto uma totalidade mediada e a substituição da mesma por uma realidade vivenciada enquanto fragmentação aparentemente imediata e auto-determinada. Esse processo de perda da consciência do real como uma totalidade concreta, constituída a partir de inúmeras mediações, e a substituição da mesma por uma outra realidade imediata e fragmentada no nível da consciência é um tema de fundamental importância para toda a tradição marxista. Este tema provavelmente tem seu principal marco analítico no famoso ensaio de Georg Lukács, *Reificação e Consciência do Proletariado*, do livro *História e consciência de Classe*. Ali, Lukács começa demonstrando que

Na sua imediatidade a realidade objetiva do ser social é o mesmo para a burguesia e o proletariado. Mas isso não impede que como consequência das diferentes posições que ocupam as duas classes no mesmo processo econômico venham ser fundamentalmente diversas as *categorias específicas da mediação* através das quais a realidade puramente imediata se transforma para ambas na realidade objetiva propriamente dita. E essas 'categorias específicas da mediação' que tornam dialético o ser social do proletariado repousam, antes de mais nada, na transformação do trabalhador em

simples objeto do processo de produção; ele é o que acredita ser: um mero *Trager*. Mas essa especificidade do processo de produção capitalista, a venda da força de trabalho, resulta na situação violenta e paradoxal de o trabalhador estar obrigado a **objetivar** (grifo meu) a sua força de trabalho ante o conjunto de sua personalidade, de vender essa força de trabalho como uma **mercadoria** (grifo meu) (a única) que lhe pertence . Ou seja, instaura-se aqui **uma cisão entre objetividade e subjetividade** (grifo meu) que, na objetivação do homem como mercadoria, permite que essa situação se torne consciente. (NOBRE. 2001, p. 64)

Essa demonstração é de particular relevância para nossa discussão, justamente porque demonstra a relação intrínseca, dialética e indispensável para o funcionamento do capitalismo entre a mercadoria concreta e a consciência reificada necessária para sua produção. Essa relação se estabelece justamente porque o processo de produção capitalista é baseado numa **objetivação** da força de trabalho que determina uma **cisão** entre objetividade e subjetividade. Ou seja, uma parte do indivíduo, no momento de definição da sua sociabilidade, se torna um "não sujeito", um objeto. Por conta disso, esse indivíduo perde sua subjetividade e, portanto, a compreensão da totalidade e de suas mediações. A realidade parece se tornar "imediatez" auto-evidente. Porém, no mesmo momento, já se gesta o princípio de supra-ordenação que, aparentemente, emana dessa realidade imediata e fragmentada. Esse princípio é justamente o da quantificação, da calculabilidade e da *valoração* da força de trabalho no processo produtivo, decorrente do valor trabalho vigente na produção dessas mercadorias e fundante de toda *lógica do capital*. Marx, ao analisar a gênese da produção de valor, em *O Capital*, irá exemplificar esse processo da seguinte forma: "*Um trabalhador, numa fiação, produz só algodão? Não, produz Capital. Produz valores que voltam a servir para comandar seu trabalho, para criar, por seu intermédio, novos valores.*" (MARX *apud* NOBRE, 2001, p. 65 - grifos nossos).

Podemos observar, aqui, uma complexificação daquela premissa da *Ideologia Alemã*, que partindo do reconhecimento de que "as relações materiais determinam as

formas de consciência”, entende que as idéias que se apresentam como autônomas são decorrência de um período dado de desenvolvimento das relações sociais. Agora – na reflexão marxiana sobre a estrutura da mercadoria – essa “deformação” epistemológica chamada ideologia expressa uma tendência constitutiva da produção capitalista, ou seja, a redução do trabalho humano a uma coisa. E ao se realizar, essa forma alienada de objetivação gera determinados princípios que Horkheimer chama de razão instrumental, que serão responsáveis por supra-ordenar a funcionalidade da sociedade capitalista. Ou seja, a ideologia deixa de ser, a partir da análise de Marx do fetichismo da mercadoria e da reflexão de Lukács, Adorno e Horkheimer sobre o fenômeno da reificação e da razão instrumental, uma simples “representação distorcida da realidade”. Agora, esta distorção é entendida como “socialmente necessária” para a reprodução do capital, dada as contradições constitutivas do mesmo. A subjetividade reificada é, então, entendida como uma *necessidade* do capitalismo e quando se expande, na medida direta em que a lógica da mercadoria se apossa do fazer cultural humano, supra-ordena a sociedade de acordo com as necessidades do capital.

3.2 A Hegemonia e a mediação base / superestrutura

A partir dessa complexificação do conceito de ideologia, temos um interessante ponto de contato com o problema da hegemonia, a partir da compreensão da ideologia não apenas como mero “reflexo”, mas também como “socialmente necessária”. Sendo assim, a tentativa de aproximação teórica entre os conceitos de reificação e de hegemonia pode tomar como ponto de partida a questão da interação entre base e superestrutura social. Interação que, compreendida a partir de uma perspectiva dialética, envolve dois movimentos: 1) o da determinação da consciência pelas relações materiais

de produção; 2) o da reprodução das relações materiais de produção pelas formas de consciência. Se em relação ao primeiro desses movimentos há uma diferença nas respostas oferecidas por Lukács e Gramsci, no tocante ao segundo teremos uma significativa aproximação entre esses dois pensadores.

Como vimos, em Lukács, a determinação da superestrutura ideológica pela base econômica se expressa na expansão da lógica da mercadoria para a totalidade das relações sociais – ou seja, no fenômeno da reificação. Já Gramsci terá como pressuposto de sua *teoria do Estado ampliado* a constatação da existência de exploradores e explorados. Essa relação econômica condiciona o “fato primordial” da política: a existência de governantes e governados, dirigentes e dirigidos.

Segundo Gramsci, a mediação entre a esfera econômica e o poder político do Estado se dá numa instância que ele denomina “sociedade civil”, situada na superestrutura, mas fora do Estado stricto sensu (aparato repressivo e jurídico-administrativo que Gramsci denomina “sociedade política”). É nessa esfera que se constitui a hegemonia de uma determinada classe social sobre o conjunto da sociedade através dos aparelhos privados de hegemonia. A hegemonia, porém, se desdobra tanto para o Estado stricto sensu, já que a burguesia tem que assegurar seu consenso para que seu poder normativo/repressivo esteja garantido, como para a base econômica, já que está a serviço da permanente renovação da subordinação dos trabalhadores às relações de produção capitalistas. Na mesma linha de compreensão, Terry Eagleton aponta a teorização gramsciana da questão da hegemonia como uma expansão do conceito clássico de ideologia, que deixa de ser simplesmente uma “idéia” ou uma representação e passa a constituir uma atividade política. Segundo ele,

A categoria chave do trabalho do colega marxista ocidental de Lukács, Antonio Gramsci, não é ideologia, mas a hegemonia, e vale a pena ponderar a distinção entre esses dois termos. Gramsci normalmente usa a palavra hegemonia para designar a maneira como um poder governante conquista o consentimento dos

subjugados (...). [A hegemonia é] uma categoria mais ampla que a ideologia: inclui a ideologia mas não pode ser reduzida a ela. Um grupo ou classe dominante pode assegurar o consentimento a seu poder por meios ideológicos, mas também pode fazê-lo, digamos, alterando o sistema de tributação de maneira favorável aos grupos de cujo apoio necessita ou criando uma camada de operários relativamente opulenta e, portanto, razoavelmente inerte. (EAGLETON, 1997, p. 105)

Sendo assim, no que diz respeito ao segundo movimento (como a superestrutura retroage sobre a base), teríamos aqui o primeiro ponto de aproximação. Dado que Lukács entende a reificação como uma deformação da consciência “socialmente necessária” à reprodução do capital e Gramsci compreende a hegemonia como uma forma de garantir a existência de exploradores e explorados, ambos vão pensar a ideologia (reificação/hegemonia) como *uma práxis que prolonga as condições de reprodutibilidade do capital*. Esta aproximação entre uma forma de conhecimento, de ordenação do mundo ou de construção de sentido a partir da mercadoria (reificação), e uma forma de poder político que emana da sociedade civil (hegemonia) nos permite avançar na compreensão das dinâmicas do capitalismo contemporâneo.

A partir do momento em que a sociedade civil se complexifica enquanto instância de mediação entre a base econômica e o Estado e que o fenômeno da reificação se desenvolve, observamos uma tendencial “automação” das relações sociais capitalistas. Esse efeito de automação é outro ponto de contato interessante entre os dois fenômenos. Isso porque a reificação significa uma naturalização do dever ser da mercadoria e a hegemonia significa uma obtenção de consenso no qual os interesses específicos de uma classe (a burguesia) aparecem como universais, necessários e a-históricos e a sociedade mercantil como a única forma possível da sociedade.

Nesse sentido, as relações de exploração às quais os trabalhadores estão submetidos e a coerção/normatização do Estado para garantir estas relações aparecem como consensuais no nível da consciência. A aparente autonomia e neutralidade da ação

do Estado, no entanto, não é totalmente “ideológica” no sentido de uma “falsa consciência”. Isso porque este Estado aparentemente “neutro” atua sob um conjunto de relações sociais reificadas ou automatizadas que dispensam um permanente uso da força para sua reprodução. O que corrobora à tese de que hegemonia e reificação estabelecem uma relação de complementaridade dialética. De novo recorrendo a Terry Eagleton:

Outra poderosa fonte de hegemonia política é a suposta neutralidade do Estado burguês. Esta na verdade não é simplesmente uma ilusão ideológica. Na sociedade capitalista, o poder político é relativamente autônomo diante da vida social e econômica, ao contrário da organização política das formações pré capitalistas (...). Sob o capitalismo a vida econômica não está sujeita a tal supervisão política contínua: como Marx comenta, “é a compulsão obtusa do econômico”, a necessidade simplesmente de sobreviver, que mantém homens e mulheres no trabalho, separados de qualquer estrutura de obrigações políticas, sanções religiosas ou responsabilidades costumeiras. É como se nessa forma de vida, a economia passasse a operar “inteiramente por si” e, assim o Estado político pudesse ocupar como que um assento de trás, sustentando as estruturas gerais em que é conduzida essa atividade econômica. (EAGLETON, 1997, p. 105)

3.3 Reificação e hegemonia no capitalismo contemporâneo

Acreditamos que essa aproximação teórica entre reificação e hegemonia assumam particular relevância para a análise do período neoliberal. Seria interessante retomarmos a análise que buscamos elaborar no primeiro capítulo, acerca da crescente transferência de investimentos da esfera da produção para a esfera da circulação, e a análise de Fredric Jameson sobre como esse processo irá gerar uma série de movimentos “da economia para cultura” e “da cultura para economia”, nos quais ambas parecem se confundir e se hibridizar, que buscamos analisar no segundo capítulo.

Se retomarmos a metáfora do “edifício social”, teríamos assim o momento da circulação como uma espécie de “andar de cima da base” a partir do qual o fenômeno da reificação se completa e, assim, se difunde para o conjunto da sociedade, o que reafirma a constatação de Marx de que a circulação é o movimento em que a alienação geral aparece

como apropriação geral. Já a sociedade civil seria uma espécie de “andar de baixo” da superestrutura de onde a hegemonia emana e ao mesmo tempo media a ação do Estado e retroage sobre a base econômica. A hipótese que gostaríamos de lançar a partir daqui seria então a de que no neoliberalismo o “andar de cima da base econômica” (a circulação) coloniza o “andar de baixo da superestrutura” (a sociedade civil). E, nesse movimento, reificação e hegemonia se articulam. As instâncias de produção cultural (sociedade civil), controladas pela lógica do mercado e guiadas pelo lucro, irão promover um salto qualitativo no fenômeno da reificação, o que nos remete novamente à ideia frankfurtiana de indústria cultural. E essa reificação das relações sociais será, a partir de então, muito mais do que qualquer discurso de natureza ética, a maneira privilegiada de a burguesia constituir sua hegemonia no período neoliberal. Sendo assim, a forma do discurso dominante (reificação) significa uma expressão do dever ser da mercadoria, ou seja, a naturalização das relações e percepções humanas. Seu conteúdo (hegemonia) será uma apologia dos “valores do mercado”: individualismo, fragmentação, meritocracia, pragmatismo, etc. Sua difusão significará uma importante forma de lucro para a burguesia, o que de novo nos aproxima da ideia de indústria cultural e da ideia de circulação econômica como momento último da reificação. Ao mesmo tempo, a *circulação de ideias* será a maneira de a burguesia conseguir um consenso sem precedentes no século XX em relação aos valores que lhe são de interesse específico, exercendo uma poderosíssima hegemonia.

Por fim, a própria relação entre o Estado *stricto sensu* e o restante da sociedade (sociedade civil e base econômica) passa também por uma reconfiguração no período do neoliberalismo, evidenciando outro ponto de contato entre os fenômenos da reificação e da hegemonia. Retomemos então a afirmação de Terry Eagleton, segundo a qual é a partir do momento em que as relações econômicas passam a operar “inteiramente por

si” que o Estado pode tomar como que um “assento de trás”, sustentando as estruturas gerais em que é conduzida essa atividade econômica. Esse lugar aparentemente “desinteressado” do Estado também assume uma nova dinâmica no neoliberalismo. Na social-democracia, o Estado legitimava sua ação a partir da idéia de que os interesses que defendia eram universais, promovendo uma espécie de “bem comum”. No neoliberalismo, esse significado parece perder lugar, frente a uma suposta “imperatividade” das leis da economia, às quais o Estado deve simplesmente obedecer.

Podemos, então, argumentar que o que está em jogo nessa passagem é uma gradação do próprio fenômeno da reificação. A passagem de um Estado que constitui sua hegemonia por promover valores universais a outro que se legitima por obedecer leis inexoráveis explicita uma crescente coisificação do sujeito. No neoliberalismo, a burguesia parece não precisar mais legitimar moralmente seus interesses, dado que a tônica da imposição do neoliberalismo no campo da batalha das idéias foi, ironicamente, a desqualificação da própria noção de valor. A premissa de que uma dada configuração socioeconômica da realidade deve estar em consonância a um conjunto de valores é esvaziada e esse esvaziamento nos remete a uma diminuição da dimensão “consciente” envolvida na política. Numa perspectiva gramsciana, como observa Carlos Nelson Coutinho, essa diminuição nos remete a uma predominância da dimensão restrita da política, onde a mesma se encontra subordinada a causalidades econômicas, sobre a dimensão ampla e catártica, momento no qual a política aparece como momento privilegiado do fazer humano, onde o homem pode transformar as condições de sua determinação, e assim se afirmar como sujeito no movimento que busca sua emancipação.

Essa visão restrita de política, no entanto, além de representar uma forma de limitação ou empobrecimento do fazer humano, será de importância fundamental para a

burguesia no período do neoliberalismo. Em primeiro lugar, porque sua propagação por todo o tecido social significa o predomínio da idéia de que “não há opções”, de que “não há mais historia”, de que é necessário aceitar a realidade tal qual ela se apresenta ao invés de querer transformá-la. A precarização das condições de vida de parcelas significativas da humanidade, resultado das políticas econômicas neoliberais implementadas pelo Estado para dar resposta às necessidades de reprodutibilidade do capital, será então entendida como algo “inevitável” frente ao qual cada um só poderá responder de maneira individual, buscando se subordinar aos imperativos do capital. Segundo a retórica neoliberal, essa adaptação é o único meio de se conseguir algum tipo de ascensão social que imunize os indivíduos contra as precariedades das condições de vida. Em segundo lugar, porque irá promover uma aparente dissociação entre política e relações sociais, na qual a primeira aparece sempre como uma instância inerte, corrupta, desinteressante e burocratizada. Porém, o resultado dessa rejeição à política existente não será uma superação de suas formas burocráticas, mas sim uma alienação daquela rejeição sob a forma de um ceticismo absoluto, tão conveniente ao assujeitamento dos indivíduos e indispensável para a perpetuação da hegemonia do capital, em face de sua tendência destrutiva.

Consolida-se, assim, a partir da atomização individual, a interação entre o esvaziamento da práxis enquanto possibilidade de transformação social e sua subordinação burocrático-formal ao devir mercantil, o que parece confirmar a frase de Jameson (em seu livro *O Marxismo Tardio: Adorno, ou a persistência da dialética*) de que as análises de Adorno se mostram corretas tardiamente como “estranhas profecias”. Tal qual anunciado na *Mínima Moralía*:

Quanto mais se separam depois indivíduo e sociedade na concorrência dos interesses e quanto mais o indivíduo é lançado sobre si mesmo, mais ferrenha se torna a adesão à ideia da essência moral da riqueza. Cabe a ele acolher a

possibilidade da reunião do dividido do interior e do exterior. É esse o segredo da ascense intramundana [...]. O sucesso material não apenas une indivíduo e sociedade no sentido confortável e entrementes questionável de que o rico pode escapar da solidão, como também num sentido muito mais radical: basta levar adiante o interesse próprio cego e isolado para, junto com o poder econômico, ele passar a ser social e se manifestar como princípio que junta tudo. Quem é rico ou adquire riqueza vê-se como aquele que consegue “por sua própria força”, como ego, aquilo que o espírito objetivo, *a realmente irracional escolha da salvação* (grifo nosso) mantida coesa por brutal desigualdade econômica, deseja. [...] Ele próprio e outros o vêem como encarnação do princípio geral. É por ser isso a injustiça que o injusto em regra se converte, não por mera ilusão e sim arrimado na onipotência da lei segundo a qual se reproduz a sociedade. (ADORNO, 2008, p.181)

3.4 Reificação da cultura e desertificação da política

O tema da “desertificação” da política aparece, assim, como momento relevante da hegemonia do capitalismo contemporâneo, o que torna necessário analisarmos aspectos desta relação e seus reflexos na cultura e na ideologia. Este tema complementa a ideia que buscamos desenvolver no segundo capítulo, acerca do efeito de irreal presente na cultura contemporânea, como momento de cisão do sujeito em seu sentido político. O problema que gostaríamos de lançar aqui diz respeito, assim, ao aprofundamento do fenômeno da reificação no momento em que as esferas de determinação e mediação dos indivíduos constituem-se numa espécie de esfera autonomizada, situada para além da vida cotidiana destes indivíduos.

Estaríamos aqui trabalhando com a hipótese que Jameson anuncia em *Cultura e Dinheiro*, no ensaio “Cultura e Capital Financeiro”, no qual afirma que a interação entre cultura mundializada através da mídia e o capital mundializado através de sua finacerização constituem-se como uma espécie de nova esfera “territorial” para o desenvolvimento do capital. Jameson parte da formulação de Giovanni Arrighi em O

Longo Século XX, pela qual a dinâmica de acumulação do capital expressa na fórmula D-M-D' estaria combinada com uma dinâmica territorialista, na qual apareceria uma dinâmica de crescente expansão espacial do capital a cada nova fase de acumulação que, por homologia, expressar-se-ia por uma "T-E-T" (território - expansão - território expandido). Esta lógica "territorialista", no entanto, não estabelece uma lógica de complementaridade simples com o princípio da acumulação. Na verdade, ela aparece como uma espécie de negação e complemento dialético da lógica de acumulação simples do capital, na medida em que surge como necessidade diante dos impasses que a acumulação enfrenta, expressa na queda da taxa de lucro. Sendo assim, o momento da expansão espacial representaria, a partir da explicação que Jameson propõe para a formulação de Arrighi, ao mesmo tempo um momento de transformação na gênese, na morfologia e na reprodução do capital. Estas transformações acompanhariam os períodos de desenvolvimento do capital e levariam a mudanças de epicentro e a um crescente grau de abstração em sua morfologia.

“O achado iluminado de Arrighi é que esse tipo peculiar de *telos* não precisa se dar em linha reta, mas pode muito bem se organizar em forma de espiral (uma figura que também evita as implicações místicas de diferentes visões cíclicas).

Trata-se de uma exposição que reúne varias exigências tradicionais: os movimentos do capitalismo têm que ser vistos como descontínuos, mas em expansão. Em cada uma das crises ele se transmuta para uma esfera mais ampla de atividade, em um campo maior de penetração, de controle, de investimentos e de transformação...

O esquema cíclico nos permite agora coordenar estas características: se colocarmos a descontinuidade não apenas no tempo, mas também no espaço, e se adicionarmos de novo a perspectiva historiador, que certamente precisa ser levada em conta nas situações nacionais e no desenvolvimento peculiar e idiossincrático no interior dos estados nacionais, sem mencionar grupos regionais mais amplos (Terceiro contra Primeiro Mundos, por exemplo), então, as teleologias locais do processo capitalista podem ser reconciliadas com seus desenvolvimentos históricos espasmódicos e com suas mutações quando se descola de um espaço geográfico para outro. (JAMESON, 2001, p. 147.)

A partir desta tematização teríamos aqui o espaço como instância de metamorfose do capital, no qual o mesmo, a cada novo período, ganha maior poder de supra-ordenação das atividades humanas. E, de maneira complementar, se torna cada vez mais abstrato, na medida em que se torna, crescentemente, algo mais abrangente do que as relações materiais tangíveis que caracterizam seu momento inicial de constituição. Temos, assim, uma aproximação entre os temas desenvolvidos no primeiro capítulo (reestruturação produtiva e financeirização do capital) e os vínculos entre cultura e mercadização que abordamos no segundo. Seria redundante fazer referência a todas as sucessivas passagens que demarcam este movimento na argumentação de Arrighi. Sendo assim, vejamos diretamente como, a partir da apropriação de Jameson desta problemática, a interação entre finanças e cultura se constitui num novo “espaço” de metamorfose do capital.

Nesse ponto, começa o terceiro estágio, que é o momento que nos interessa mais de perto aqui. O tratamento que Arrighi dá a este terceiro momento do capitalismo financeiro cíclico inspira-se na sua observação de que o “estágio da expansão financeira é sempre um “sinal de outono”. A especulação, a retirada dos lucros da indústria doméstica, a busca cada vez mais febril, não tanto de novos mercados (estes também estão saturados), mas de novos tipos de lucro auferíveis nas próprias transações financeiras - estes são os modos com que o capitalismo agora reage e compensa o encerramento de seu período produtivo. O próprio capital começa a ter flutuação livre. Ele se separa do “contexto concreto” de sua geografia produtiva. O dinheiro se torna, em um segundo sentido e um segundo grau, abstrato (sempre foi abstrato no sentido primeiro e básico): é como se, em um certo sentido, ainda tivesse um conteúdo - tratava-se do dinheiro do algodão, do trigo, da indústria têxtil, das estradas de ferro e assim por diante. Agora, como a borboleta se mexendo no interior de crisálida, ele se separa de criadouro concreto e se prepara para alçar vôo. Sabemos muito bem (mas Arrighi demonstra que esse nosso saber contemporâneo apenas duplica a experiência amarga dos que já morreram, dos trabalhadores desempregados dos momentos anteriores ao capitalismo, dos comerciantes locais e **também das cidades mortas** (grifo nosso)) que este vôo é literal. Sabemos que a fuga de capitais existe de verdade: o desinvestimento, a mudança previsível ou brusca para prados mais verdes e taxas maiores de retorno de investimentos, e para uma força de trabalho mais barata. Mas esse capital flutuante, em sua busca frenética por investimentos mais rentáveis (...) vai começar a viver em um novo contexto, não mais das fábricas ou nos locais de trabalho e extração

e produção, mas no chão das bolsas de valores, se atracando por uma maior rentabilidade. (...)

Tudo isso, como sugerido acima, atinge intensidade máxima no nosso período como resultado da “revolução” cibernética, a expansão das tecnologias de comunicação ao ponto em que as transferências de capital abolem hoje tempo espaço e podem ser efetuadas de forma virtualmente instantânea entre diferentes zonas nacionais. Os resultados desses movimentos instantâneos de imensas quantidades de dinheiro em torno do globo são incalculáveis, e no entanto já produziram claramente novos tipos de bloqueio político e também sintomas novos irrepresentáveis na vida cotidiana do capitalismo tardio. (JAMESON, 2001, p. 150-151)

Na exposição acima, a nova gradação do fenômeno da reificação já se deixa perceber. O crescente caráter auto-referente do capital expresso prioritariamente na forma dinheiro deixa perceber esta questão. O fato do dinheiro, gradativamente, ampliar sua dissociação dos bens tangíveis que representa, tornando-se assim cada vez mais abstrato, parece fortalecer sua aparência “auto-evidente” e imperativa.

Podemos retornar assim a apreciação inicial que buscamos desenvolver do fenômeno da reificação para, agora, nos atermos mais a esse ponto no qual a totalidade concreta das relações sociais é substituída no capitalismo tardio por uma totalidade abstrata e tendencial no nível da aparência. Entrando em relação de complementaridade com esse momento de fenômeno, temos, como também buscamos ressaltar anteriormente, a aparência de inexorabilidade concreta do imediato existente. Esta dimensão, de novo, pode se deixar perceber pela pauperização e mortificação de regiões substantivas do mundo pelas “retiradas de capital”, geralmente acompanhadas de desemprego e deterioração das condições de vida. Em sua aparência, estes fenômenos serão vivenciados no nível da vida cotidiana dos indivíduos como uma inexorabilidade concreta e imediata. Sendo assim, o fenômeno da reificação no capitalismo contemporâneo parece colocar uma dimensão fragmentária da vivência dos indivíduos

que depois será, como já buscamos apontar anteriormente, positivada por uma série de teorizações e narrativas.

Estas permanentes dinâmicas de desertificação e capitalização, que se desenvolvem com enorme velocidade, também levam a um avanço da “serialização” dos indivíduos, que perdem de vista as determinantes sócio-econômicas de sua existência. Esta dimensão dual do fenômeno da reificação, portanto, tende a se aprofundar, na medida em que as (pseudo) objetividades imediatas e fragmentadas tendem cada vez mais a se reafirmarem na medida direta em que a totalidade se torna positivamente abstrata e intangível, e a partir daí o aspecto de inexorabilidade do existente se fortalece duplamente. Tal qual analisado por José Paulo Netto,

Realmente é preciso apreender os *dois* níveis de realização do fetichismo que, posto já na “célula” econômica da sociedade burguesa, reproduz-se ampliadamente em todas as suas instâncias. De um lado, a substancialização das relações sociais: o conjunto de reificações, que é múltiplo e heteróclito - as coisas sociais que balizam o cotidiano dos homens, controlam a sua existência. De outro a positividade aí engendrada, que equaliza, organiza homogeneizadamente estas coisas sociais, viabilizando a atuação adequada dos agentes sociais particulares. A pseudo-objetividade do conjunto das objetualidades é fundada por esta positividade. O fetichismo, conseqüentemente, é dúplice: em cada manifestação reificada do ser social e na articulação pseudo-global de todas elas. (NETTO, 1981, p.88)

A partir daí uma diferenciação interessante em relação ao período fordista-keynesiano pode ser identificada no capitalismo contemporâneo, na medida em que este parece colocar uma dimensão fragmentária da vivência dos indivíduos que depois será, como já buscamos apontar anteriormente, positivado por uma série de teorizações e narrativas. Se, naquele período, a tônica principal da dimensão aparente do fenômeno da reificação eram as formas padronizadas de sociabilidade que constituíam uma espécie de barreira objetiva, diretamente identificável, para liberdade, hoje estas barreiras parecem ter se complexificado ao se tornarem mais densas em dois sentidos.

No sentido da sociabilidade primária, a dimensão imperativa das “leis obtusas do econômico que mantêm os homens trabalhando” parecem dispensar uma subordinação “consciente” dos indivíduos no sentido de uma aceitação racionalizada ideologicamente expressa nas leis do trabalho, da nação, dos princípios corporativos de determinadas profissões, etc. É como se as “leis obtusas do econômico” se autonomizassem e estivessem colocadas a priori em relação a qualquer forma de aceitação. E, assim, a escassez, a pauperização e a ameaça de desemprego é que se põem para o indivíduo como elementos que exigem um esforço ativo de subordinação, num primeiro momento.

Este avanço da desertificação das relações de sociabilidade primária, no entanto, se articula com peculiaridades do discurso hegemônico contemporâneo, como já buscamos assinalar anteriormente, na medida em que expressam na sua própria “irrepresentabilidade” um princípio de necessidade genérico, que posteriormente será devidamente ideologizado de duas maneiras complementares. Por um lado, a incapacidade das formas de representação constituídas de darem respostas às contradições sociais e ao avanço da pauperização – mesmo que as forças produtivas para a superação das mesmas já estejam, há muito, dadas – produz um distanciamento cínico destas representações em relação à realidade, a partir do qual a incapacidade de as ideias dominantes responderem à realidade será vivenciada como uma impossibilidade genérica de correspondência entre idéias e realidade, apresentada de maneira inexorável. Por outro, esta realidade como espécie de “pano de fundo anômalo” da cultura coloca um princípio de necessidade inexorável que exige de todas as formas de representação e de cultura uma obediência cega, reforçando então a necessidade de os indivíduos depreenderem um permanente esforço de adaptação aos princípios tendencialmente perfeitos de expressão do dever ser do capital, do qual falamos no capítulo anterior. Retomando Netto:

Esta homogeneização não se refere ao conteúdo mesmo das instâncias, que é necessariamente heterogêneo; refere-se à aparência que tomam para o agente e também à sua forma de reação. A homogeneização se obtém pela positividade, que é aparência global factual imediata que precisamente assumem as objetivações do ser social – e que suprime suas mediações, obscurece a sua negatividade, fá-las esgotáveis no seu exclusivo caráter de algo dado. A positividade integra o conjunto das caóticas e autonomizadas relações sociais reificadas numa aparência unitária. (NETTO, 1981, p.86)

Esta articulação entre a fragmentação aparente do real e o princípio de necessidade abstrato e imperativo será então ecoada na cultura, tanto no conteúdo dos discursos estabelecidos como na morfologia dos mesmos. Irá constituir a matéria prima de um sentido tendencialmente cínico e irônico presente na cultura e na ideologia do capitalismo contemporâneo. Entramos, aqui, em um interessante eixo temático. Se, por um lado, a multiplicação da ironia como recurso discursivo aponta para uma incredulidade em relação aos imperativos burgueses, por outro, a multiplicação do cinismo remete a um ceticismo que aponta pra uma inevitável dissociação entre idéias e fatos. Esta dissociação aparece enquanto uma expressão do princípio da inexorabilidade, na medida em que todo o mal estar produzido pelo existente, aquilo que outrora era percebido como o impulso para a antítese, converte-se agora em pura prova de impotência frente à qual a atitude crítica, pressuposto de toda sátira e ironia, reduz-se a uma confirmação fatalista do existente. De novo recorrendo a Adorno:

A própria ironia como meio entrou em contradição com a verdade. A ironia ultrapassa o objeto ao expô-lo tal como aquilo que se propõe ser para em seguida confrontá-lo ao que ele efetivamente é, tudo isso sem julgamento, como que prescindindo do sujeito observador. Ela atinge o negativo ao confrontar o positivo à sua própria pretensão à positividade Ela se anula tão logo acrescenta palavra explicativa. *Nisso ela pressupõe a idéia do evidente, originalmente de ressonância social. É somente quando se aceita um consenso imperativo dos sujeitos que se torna supérflua a reflexão subjetiva, a execução do ato do entendimento. [...] A vitória da classe burguesa na era cristã levou a um afrouxamento da função da ironia [...] É que o próprio consenso, que é o pressuposto formal da ironia, converteu-se no consenso*

universal quanto ao conteúdo. (grifo nosso) Como tal, ele seria o único objeto digno de ironia, e ao mesmo tempo lhe retira solo. O meio da ironia, a diferença entre ideologia e realidade, desapareceu, resignada à confirmação da realidade na sua mera duplicação. A ironia exprime: assim a coisa pretende ser e assim ela é de fato; hoje, contudo, o mundo proclama mesmo na mentira radical que é assim mesmo, e essa simples descoberta lhe parece coincidir com o bom. Na rocha do existente nenhuma fenda dá apoio à mão do irônico. [...] O gesto do “assim é” irrefletido é exatamente aquele para o qual o mundo prepara cada uma das suas vítimas, e o consenso transcendental intrínseco à ironia torna-se ridículo diante do consenso real daqueles que lhe caberia atacar. (ADORNO, 2008, p.206-208)

Observamos assim um reflexo, no campo da cultura, da interação entre esta fragmentação aparente do real com um sentido de inexorabilidade do existente, da qual a ideologia cínica seria uma importante expressão. E a partir daí toda uma morfologia de indeterminação será identificada como a possibilidade última de liberdade, nas diversas formas apologéticas de “intersubjetividade multicultural” tão saudadas pela lógica cultural pós-moderna. Assim, podemos analisar em um novo grau de concreticidade o problema da autonomização do signo em relação ao significado (e deste, por sua vez, em relação a algum objeto motivador primeiro) na fenomenologia da cultura contemporânea. Este problema geralmente vem associado às construções discursivas que comumente buscam estabelecer uma indistinção ou, pelo menos uma problematização sob a forma de hibridização entre aquilo que constitui a realidade objetiva e as construções ideológicas, culturais e simbólicas numa espécie de “semiotização da realidade”. Mesmo que ele só se apresente em sua forma pura em uns poucos segmentos da cultura midiática (videoclipes, publicidade, filmes de ficção científica e meta-temáticos hollywoodianos, etc.), e se faça presente de maneira mais clara nas formas de expressão que, na lógica cultural pós-moderna, correspondem ao que foi chamado no período da plena vigência do alto modernismo de “alta cultura” (filmes autorais, literatura, artes plásticas, filosofia desconstrutiva, diversas formas de neo-nominalismos teóricos, etc.), o fato de representar uma espécie de “tendência

última” ou princípio levado às últimas conseqüências, torna relevante a análise deste fenômeno.

Ele aparece, por um lado, como expressão deste conteúdo tendencialmente cético da ideologia dominante e, por outro, como expressão desta arbitrariedade aparentemente fragmentada do cotidiano. Além do que, enquanto princípio geral, esta autonomização semântica enquanto princípio de “livre movimento” e “livre combinação” guarda, como já ressaltado por Jameson, um vínculo com a crescente abstração e movimentação do capital em sua era de financierização informatizada, e a dissociação entre significado e signo em proveito do segundo remete ao avanço da divisão e alienação do trabalho.

Porém, ao intensificar estas vivências, em uma associação vertiginosa de sensações, acaba por oferecer uma resposta peculiar ao princípio de necessidade absoluto que anteriormente anunciamos como espécie de “pano de fundo” da cultura contemporânea. Ao mesmo tempo em que aliena este princípio de necessidade criando uma espécie de liberdade impessoal e dessubstancializada para correspondê-la, deixa antever potencialidades inéditas que só serão corretamente compreendidas em um esforço ativo de superação desta “matéria prima alienada” que constitui a morfologia da cultura contemporânea. Este caráter vertiginoso que a automização do signo empresta à cultura pode também ser lido em um esforço de re-totalização, como espécie de índice de uma série de potencialidades suprimidas que clamam por uma “redenção”, para utilizar um termo benjaminiano.

Sendo assim, ao mesmo tempo em que expressa o avanço da alienação do capital globalizado, deixa perceber as possibilidades novas que a mundialização suscita, a partir das suas contradições enquanto expressão do avanço da “sociabilização da sociedade”. Porém, essas potencialidades se encontram interrompidas, na medida em que a

fragmentação do sujeito iluminista leva a um abandono da possibilidade da transformação qualitativa do existente. Segundo a reposta oferecida pela lógica cultural pós-moderna, as novas potencialidades presentes no mundo atual devem ser simplesmente vivenciadas em um enorme mosaico espacial, a partir de infindáveis vivenciamentos frente aos quais não devemos ansiar qualquer tipo de síntese ou unificação, sob o risco de suprimir estas potencialidades ao desrespeitarmos sua alteridade e seu caráter inexoravelmente fugido e efêmero. Esta fragmentação ou questionamento do sujeito histórico, em seu sentido original tal qual colocado pelo iluminismo, que a cultura pós-moderna expressa, não pode, no entanto, ser entendida como uma simples “falsa consciência” ou farsa discursiva. Em sua constituição, ela expressa impasses reais – mesmo que para depois perpetuá-los a partir da presentificação absoluta das condições de existência humana. Tal qual anunciado por Jameson no capítulo sobre literatura e linguagem de *Pós-Modernismo: a Lógica Cultural do Capitalismo Tardio*,

O sujeito certamente não é um mero “efeito” do objeto, mas não seria tão errôneo sugerir que a *posição* do sujeito é exatamente esse efeito. Na mesma chave, deve-se entender que objeto não significa um mero conjunto perceptivo de coisas físicas, mas uma configuração social ou conjunto de relações sociais (uma vez que mesmo a percepção física ou as experiências aparentemente mais básicas do corpo ou da matéria são mediadas pelo social). O que se conclui desse argumento não é que o sujeito “unificado” seja irreal, indesejável ou inautêntico, mas sim que ele depende, para sua construção e existência, de um certo tipo de sociedade e que é ameaçado, corroído, problematizado ou fragmentado por outro tipo de arranjo social. (JAMESON, 1991, p. 155)

A partir desta constatação, podemos buscar uma apreensão combinada entre os momentos em que a lógica cultural contemporânea reafirma as relações sociais fundantes do capitalismo e as nuances e contradições que, ao se inscreverem na mesma, possibilitam a problematização destas relações.

Desse modo, a própria contradição a que de passagem nos referimos acima - nossa peculiar sensação pós-moderna sobre nossas múltiplas subjetividades e pontos de vista, de que estamos cansados do próprio subjetivo em suas manifestações clássicas mais antigas (que incluem o tempo profundo e a memória) e de que estamos com vontade de viver por algum tempo na superfície -, essa contradição é fundamental no desenvolvimento da narrativa moderna e pós-moderna, cujas configurações nos permitem tomar pulso da situação atual. [...]. Mas o que se deveria deduzir dessa contradição não é uma estética segundo a qual se atribui ao texto uma nova função, a de desprezar cada uma dessas estratégias de contenção e ressaltar a contradição enquanto tal: a inscrição do sintoma nunca pode ser planejada de antemão, ela tem que vir depois, por via indireta, tem que ser o resultado do fracasso, ou uma deflexão mensurável, de um projeto real que tenha conteúdo. (idem, *ibidem*, p. 168)

3.5 A expressão da contradição na lógica cultural contemporânea

Obviamente, para que essas potencialidades se concretizem, é necessário muito mais do que um simples esforço interpretativo “genealógico”. É necessária a retomada da categoria de superação, que o pensamento pós-moderno parece ter desqualificado, numa espécie de auto-preservação frente à sua incapacidade de oferecer respostas propositivas às inúmeras potencialidades e desafios levantados pelo projeto moderno. É necessário, assim, o esforço de entender historicamente a constituição do sujeito moderno para observar em seus impasses contemporâneos também as perspectivas de sua superação, num movimento que remete àquilo que Adorno caracteriza como “dialética negativa”. A explicitação das diversas mediações entre cultura e relações de produção ganha, assim, relevância na medida em que possibilita reconstruir as mediações que a expressão fenomênica da realidade suprime em sua aparência auto-evidente.

Esta sensação de “cansaço” da qual fala Jameson, em relação ao projeto do sujeito iluminista, só pode ser pensada tendo como pano de fundo este próprio sujeito. É só a partir do momento em que ele é alienado como uma espécie de “terceiro excluído” que as identidades formais da cultura pós-moderna podem vigorar e se recombinar no

seu jogo aleatório. Mas também o caráter deceptivo que lógica cultural contemporânea apresenta (quer seja em sua versão erudita explicitamente pós-moderna, em sua versão midiática ou outras formas de expressão orgânicas da ideologia dominante, ou mesmo nas visões desconexas e oblíquas daquilo que Gramsci chama de senso comum) deve ser visto como uma contradição. E só o é porque esta contrastada com o “pano de fundo” do projeto iluminista que, ainda que interrompido, se expressa como sintoma.

É justamente aí que a demonstração das múltiplas alienações que constituem a sociabilidade e a cultura contemporânea se coloca como movimento que apresenta a realidade como “uma negatividade a ser negada” e assim possibilita a re-explicação do sujeito iluminista, mesmo que ainda de maneira genérica e abstrata. Uma vez que ele se expressa não diretamente sobre a forma de uma proposição positiva, mas a partir de uma explicação da totalidade negativa que o aliena, ele ainda permanece abstrato. Porém, pode subsistir como potencialidade de crítica do existente que, ao se confrontar com as formas de expressão tangíveis deste existente, passa a revelar também as potencialidades que o mesmo oculta para a sua perpetuação imobilizada. Sendo assim, as múltiplas formas de intensificação, de movimentação e de vivenciamentos que a cultura pós-moderna apresenta devem ser a matéria prima para, articuladas com as temáticas do modernismo, a superação do caráter fugido, presentificado e a-histórico que sua lógica afirma.

Volta a valer assim, no campo da linguagem e da cultura, a concepção hegeliana de que uma superação só se estabelece ao incorporar e responder os impasses que o objeto a ser superado apresenta, e não através de uma simples negação formal apriorística do mesmo. Sendo assim, acreditamos que a atividade teórica e crítica de retomada e difusão do pensamento dialético, articulada com outras formas de produção simbólica como a nova literatura, o cinema, a música, as artes plásticas e diversas

formas de produção artísticas, deve jogar um importante papel na superação dos impasses da lógica cultural pós-moderna para criar uma nova “estrutura de sentimento” capaz de representar os novos impasses do capitalismo contemporâneo e, assim, se contrapor à tendência de inexorabilidade que os mesmos apresentam em sua expressão imediata, constituindo uma realidade “desertificada”.

A retomada de produção artística de caráter fortemente alegórico no cinema, na literatura, no teatro, na música, na fotografia e outras formas de expressão artísticas contemporâneas pode ser entendida como índice deste processo, na medida em que, ao desafiar o pseudo-realismo do discurso midiático, por um lado, e a arbitrariedade da arte pós-moderna, por outro, possibilita um estranhamento do existente alienado, ao mesmo tempo em que deixa antever potencialidades ainda difusas que nos estimulam a “seguir em frente” – o que remete ao papel que Adorno imputa à arte, de expressar o “não igual”.

De maneira correlata, a reconstrução de um referencial teórico crítico e dialético tal qual o desenvolvido pelos grandes expoentes do marxismo contemporâneo – como Aijaz Ahmad, David Harvey, Fredric Jameson, Terry Eagleton, Perry Anderson, Slavoj Žižek, Istvan Meszáros, Marshall Berman – e mesmo por outros autores não marxistas como Giorgio Agamben, capazes de analisarem de maneira combinada fenômenos de ordem cultural, política e econômica, constitui um movimento importante de reconstituição da noção de totalidade. Este movimento é fundamental para superação dos referenciais teóricos pós-modernos e diversas formas de neo-nominalismos, que tendem a ontologizar a fragmentação aparente e fenomênica das diversas instâncias da vida social que o capitalismo contemporâneo produz.

A esta associação entre um referencial teórico calcado na reconstrução da categoria de totalidade com produções artísticas e culturais que tencionem um ir além

do puro jogo sensorial e intersubjetivo da arte pós-moderna, devemos somar também produções de bens de comunicação mais diretamente associadas a dinâmicas sócio-políticas. Entendendo a devida especificidade de cada uma destas três esferas (teoria, produção artística e comunicação política), devemos atentar para pontos de vinculação e para os desafios e problemas que possibilitam uma articulação entre estas instâncias.

Ao buscarmos entender a produção de comunicação articulada com processos de mobilização política, naquilo que recentemente vem se denominando comunicação “contra-hegemônica”, algumas ressalvas são importantes. A reconstrução de identidades políticas capazes de colocar em xeque a ordem do capital pressupõe uma ação e uma reflexão no âmbito da teoria e da prática política que transcendem uma dissertação sobre comunicação e cultura, capazes de lidar com problemas como organização sindical, partidária, de movimentos sociais, assim como com questões como plataformas de mobilização específicas e gerais, etc. Além disso, para que analise o vínculo entre uma ação política e a produção de uma comunicação contra hegemônica, existe a necessidade da abordagem dos meios nos quais esta comunicação irá se estabelecer – o que remete ao debate sobre “democratização” ou “socialização” da comunicação, à discussão sobre os mecanismos de concessão, regulação e gestão de meios de comunicação alternativos, o que igualmente foge a nossas possibilidades.

Sendo assim, buscaremos direcionar nossos esforços, assim como quando discutimos a “alta cultura” ou a cultura da mídia, para tentar encontrar em produtos de comunicação que se articulam mais diretamente com processos políticos contra-hegemônicos uma certa tipicidade de discursos que possam ser interpretados como índice e momento de constituição de determinados sujeitos políticos.

Duas questões saltam à vista aqui. Primeiro, a interação entre o avanço da divisão social do trabalho e a reestruturação produtiva, da qual falamos anteriormente,

terá que ser enfrentada por qualquer tipo de movimento ou ação política que proponha colocar em xeque a ordem do capital. Segundo, a atomização ou “serialização” dos indivíduos, resultante do vínculo entre a precarização do trabalho, a pauperização, o desemprego e todos os meandros da atual configuração da ideologia dominante, será, igualmente, obstáculo importante a ser superado por esforços políticos e ideológicos de caráter contra-hegemônico. Se, por um lado, o capitalismo em sua fase neoliberal tem se mostrado efficientíssimo em moldar seus mecanismos de reprodução, por outro não tem sido menos eficiente na tarefa de gerar todo tipo de precariedade social. Os níveis médios de vida na maior parte do planeta são muito inferiores àqueles do período da social-democracia, especialmente na América Latina, na África, nos países que compunham o antigo bloco socialista e em regiões da Ásia. Mesmo nos países “de centro”, os índices de desemprego e pobreza não param de crescer.

A nosso ver, o grande desafio a ser enfrentado pela produção de bens de comunicação que se proponham a desempenhar um papel contra-hegemônico está assim articulado a uma necessidade de os movimentos dos trabalhadores visualizarem estes dois momentos não como faticidades desconexas, mas sim como momentos de uma contradição. Sendo assim, de maneira correlata com os desafios teóricos e aqueles colocados no campo da “alta cultura” artística, a retomada da noção de totalidade e do princípio da contradição nos parece ser fundamental para a produção jornalística se repolitizar através reportagens e artigos mais opinativos e analíticos, assim como para produção de documentários ou, até mesmo, de peças de publicidade que se proponham críticas e valorativas, em oposição ao factualismo do discurso hegemônico, podendo constituir também em um norte para programas de rádios e TVs associadas a movimentos sociais, sindicais ou partidários que tenham uma orientação política de esquerda.

No caso da produção de comunicação de ambição mais diretamente contra-hegemônica, acreditamos que estes princípios devem se expressar através da articulação entre determinadas pautas e reivindicações inerentes à categoria ou segmento social e os princípios sistêmicos de ordenação do capitalismo contemporâneo para, assim, possibilitar uma ampliação progressiva da consciência dos setores envolvidos e uma politização progressiva das mobilizações sociais. Além disso, acreditamos ser importante a permanente batalha de ideais que estes meios, mesmo que em condições de desigualdade no que tange à abrangência e alcance de público, devem estabelecer em relação aos grandes meios de comunicação de massa oligopolizados.

Esta batalha, além do combate aos princípios do pensamento único, de que “não há opções” – que a ideologia dominante apresenta atualmente e que acreditamos já ter analisado bastante nas páginas anteriores – deve ter em conta o fato de que a comunicação, no mundo atual, não se trata de uma atividade que se desenvolve a posteriori dos fatos sociais e ações políticas. Deve ser capaz de demonstrar a importância da comunicação como momento constitutivo dos próprios fatos e das relações sociais, para assim demonstrar a relevância de um permanente trabalho de “contra-informação” articulado a qualquer mobilização política.

Para citar um exemplo claro, podemos mencionar o documentário *A revolução não será televisionada*, filmado e dirigido pelos irlandeses Kim Bartley e Donnacha O'Briain no fogo das tentativas golpistas da Venezuela em 2002 e da resistência popular. Nele, o tensionamento entre um processo político e o papel decisivo que as construções ideológicas jogam em torno do mesmo aparece de maneira explícita. O contexto geral do processo, acredito, já seja bem conhecido por todos. O governo de Hugo Chávez, eleito presidente com base em uma identidade que mescla elementos do ideário socialista com temas do nacionalismo popular latino-americano (como o

bolivarianismo), e se valendo de recursos provenientes principalmente de uma maior taxaço do capital petrolífero e também de alguns setores de serviços, dá início a uma série de reformas de base e políticas públicas (educação, saúde, saneamento básico, assistência social, etc.) denominadas pelo próprio de “Revolução Bolivariana”, ao mesmo tempo em que inicia uma série de ações no âmbito da política internacional de questionamento da dominação dos EUA na América Latina. Estas reformas são acompanhadas por uma crescente tendência de polarização no interior da sociedade venezuelana, que se expressou através da criação de comitês populares e de bairro para a defesa da “Revolução Bolivariana”, e também pelo aumento das reivindicações por parte de diversos setores do movimento sindical e do movimento popular, quer seja urbano ou campesino.

Neste cenário de polarizações, observamos, em 2002, o governo Chávez anunciar em cadeia nacional na TV Estatal a regulamentação da taxaço das empresas estrangeiras de petróleo e a demissão de uma série de administradores (inclusive alguns que ocupavam cargos de segundo escalão na administração pública). O objetivo das medidas era passar o controle da PDVSA (estatal petrolífera venezuelana) de fato para o Estado, retirando-a do controle das empresas estrangeiras, o que ocorria até o momento. A partir daí, os canais de TV privados iniciam uma fortíssima ofensiva contra o governo e observamos mobilizações com milhares de pessoas por todo o país, tanto a favor como contra Chávez.

No auge destas manifestações é apresentada, também em cadeia nacional, pelo canal privado de maior audiência no país, uma montagem de um confronto entre manifestantes pró e contra o presidente. Tal montagem dava a entender que os chavistas teriam atirado contra manifestantes opositores. O documentário *A revolução não será televisionada* recompõe a cena para demonstrar que, na verdade, os tiros dados por

manifestantes chavistas não se dirigiam à massa dos manifestantes, mas sim para o alto de prédios de onde atiradores de milícias alvejavam os manifestantes chavistas. No entanto, a montagem da TV privada causa um impacto enorme e é a senha para que significativos setores privados, de serviços e produtivos (principalmente as empresas privadas petrolíferas, que inclusive tentam acabar com a produção de petróleo do país naquele período e chegam a afundar diversos navios) paralisem suas atividades dando início à conspiração golpista. Como descreve a apresentação do livro *El golpe Fascista Contra Venezuela*, uma recopilação dos discursos de Chávez entre dezembro de 2002 e janeiro de 2003,

O centro do complô golpista foram as estações de televisão privadas e outros meios de comunicação, cujos donos, como Gustavo Cisneros, Marcel Granier e Alberto Federico Ravel, outrora manobreadores de governos na Venezuela, atacam durante as 24 horas do dia o governo de Chávez, apelam constantemente à desobediência, difundem mentiras grosseiras sobre situação interna e sobre as relações entre a Venezuela e Cuba e divulgam à direita e à esquerda os apelos dos líderes do golpismo, e difundem as instruções deles. É um terrorismo midiático sem paralelo na história. (CHAVEZ. 2003, p. 8)

Neste cenário, setores golpistas do Exército cercam o Palácio de Miraflores (sede do governo), ocupam bases militares e dão um ultimato a Hugo Chávez, ameaçando bombardear o palácio. Quando o ministério do governo de Chávez abandona o Palácio, os golpistas empossam Pedro Carmona, presidente da Confederação dos Empresários da Venezuela, como novo presidente do país. Hugo Chávez é preso e levado para uma base militar. Nesse momento, os canais de televisão privados fazem um discurso imediato de legitimação do novo governo, enfatizando que a Venezuela tinha “retomado à situação de normalidade” e que o governo que tinha tomado decisões “antidemocráticas e ilegais já tinha sido deposto”.

Na seqüência do golpe, porém, segue-se uma onda de insurreição popular que varre as principais cidades do país e paralisa a capital Caracas, combinada com

bloqueios e barricadas nas estradas das zonas rurais. Essas mobilizações, somadas a greves, fazem com que o discurso de que o golpe tinha como objetivo “normalizar a Venezuela” não consiga se sustentar, e impede que um aparato militar mais forte seja implementado contra os setores chavistas. Assim, em menos de 72 horas, com centenas de milhares de pessoas exigindo a volta de Chávez na porta do Palácio de Miraflores, os setores do Exército que o apoiavam conseguem retomar a sede do poder venezuelano em uma ação rápida.

Quando o gabinete de Chávez está sendo recomposto, antes que o presidente seja reempossado, o documentário explicita duas preocupações fundamentais por parte das lideranças do governo: a presença de Chávez ou do vice-presidente (que, de fato, é o primeiro a chegar), já que são os únicos com legitimidade constitucional para configurar o governo e, o que é particularmente relevante para nós, o controle da TV Estatal para um pronunciamento imediato. Sendo assim, temos que atentar para o fato de que, tanto no momento do golpe como na retomada do poder, esses meios de comunicação de massa foram protagonistas diretos do processo, quase se tornando os responsáveis pela caracterização destes momentos como fatos sociais consolidados. Ou seja, a incerteza e o caos inerentes a períodos de disputa do poder de Estado e de quebra da funcionalidade econômica quase que só vieram a assumir um sentido social no momento em que houve um discurso proferido pelos meios de comunicação sobre eles, conferindo-lhes diferentes significados que evidentemente se associavam ao caráter contraditório das forças políticas em choque.

Aqui temos um importante apontamento para a necessidade de os movimentos de questionamento ao capitalismo conseguirem fazer frente não só ao aspecto material de reprodução do capitalismo, mas também ao seus pilares de sustentação ideológica, debatido nas páginas anteriores. Acreditamos, pois, que a disputa por políticas de

comunicação contra-hegemônicas deva ser um tema central para a reorganização do movimento dos trabalhadores. Cada vez mais a luta de classes deverá também ser travada sobre a forma da disputa do processo comunicativo. Por conta disso é fundamental que associações de bairro, sindicatos e partidos políticos reivindiquem que o Estado lhes conceda meios de comunicação enquanto momento de uma luta contra-hegemônica. Além disso, obviamente, devem estar equipados e atentos para a necessidade de utilização das “novas mídias” (principalmente a internet) para desenvolver sua política de comunicação, levando em consideração a ressalva que buscamos expressar anteriormente – de que o simples desenvolvimento da tecnologia e dos dispositivos envolvidos no processo de comunicação não significa uma mudança no caráter e nas determinantes que o condicionam.

De maneira conclusiva, podemos sustentar que o ponto comum entre o esforço teórico da crítica cultural e política, as formas de expressão estéticas mais instigantes e os esforços de estabelecer uma política de comunicação contra-hegemônica é justamente a possibilidade de representar as contradições existentes no capitalismo contemporâneo de maneira que as mesmas sejam passíveis de identificação em um novo sistema sensível e conceitual. Faz-se necessário, assim, recolocar a categoria da contradição de maneira que possibilite a apreensão das negatividades existentes como parte da totalidade que constitui o capitalismo contemporâneo e que, portanto, exigem a sua superação, e não como fragmentos ou inexorabilidades a serem pontualmente “corrigidas” a partir da lógica do próprio capital. Este movimento dialético de apreensão do existente deve, assim, partir da crítica às formas de sociabilidade colocadas pelo capitalismo contemporâneo e suas expressões culturais e ideológicas hegemônicas para, em seguida, expressar suas contradições em um nível superior e assim possibilitar sua superação.

4. Considerações Finais

Ao terminar a dissertação, tenho clareza de que ela constitui simplesmente um primeiro passo na tentativa de problematização de um conjunto de questões que, certamente, podem e devem ser exploradas muito mais a fundo. Acreditamos que a relevância desta dissertação resida principalmente em enfatizar as diversas formas de determinação, sobre-determinação, correlação, subordinação, interação, autonomização e superação entre os diversos temas expostos. Na medida em que o conjunto da problemática exposta já vem sendo motivo de análise e discussão por parte dos principais teóricos da teoria da comunicação e ciências sociais marxistas da atualidade, não acreditamos que nenhuns dos conteúdos apresentados isoladamente sejam totalmente inéditos. Mas, por outro lado, não encontramos em outros trabalhos a ênfase nas relações que buscamos explicitar ou a correlação entre todos os temas abordados, ou seja: o fortalecimento da indústria cultural com o surgimento do neoliberalismo em seu aspecto material, por conta da diminuição dos lucros no setor produtivo, e a convergência desta questão com a necessidade de o neoliberalismo - por conta de suas contradições e constantes crises - contar com um forte aparato de legitimação ideológica, tal qual buscamos enfatizar no primeiro capítulo.

A partir daí, temos a questão da instauração do que chamamos de “mercado simbólico” ou “mercadização” do campo simbólico ou da cultura associada ao tema da “desertificação do real”, que concede à atual ordem do capital um aspecto de inexorabilidade e a uma dificuldade para que as contradições do mesmo sejam reconhecidas enquanto tal no interior da lógica cultural dominante. A partir deste problema buscamos expandir a noção de lógica cultural até o momento em que a mesma expresse as contradições da atual configuração do capitalismo possibilitando a retomada da categoria de superação. Sendo assim, acreditamos que o maior interesse do segundo

capítulo da presente dissertação sejam justamente as múltiplas associações temáticas que buscamos sinalizar entre estética, cultura, comunicação e ideologia.

Da mesma maneira, apesar dos conceitos de reificação e de hegemonia já terem uma literatura abundante, não encontramos nenhuma obra no qual as duas categorias tenham sido aproximadas epistemologicamente de uma maneira direta. O mais próximo que encontramos foi uma análise comparativa dos dois conceitos presente no livro *Ideologia*, de Terry Eagleton. A aproximação das duas categorias para uma generalização acerca do lugar da ideologia e da cultura enquanto momento de reprodutibilidade do capitalismo, assim como a interação entre estas duas instâncias com a atual configuração das relações de produção e de sociabilidade primária, pode significar, desta maneira, uma contribuição do presente trabalho.

Do ponto de vista das referências bibliográficas, observamos uma grande e qualitativa produção abordando a questão das mudanças nas relações de produção e de poder iniciadas nos anos 70. Porém, tivemos maior dificuldade em encontrar referências acerca do vínculo entre esta questão e o avanço da oligopolização no setor de comunicação, do desenvolvimento das novas tecnologias de comunicação, assim como do problema específico do avanço da importância deste segmento para o conjunto da economia capitalista. Além disso, como assinalado na banca de qualificação, tivemos uma certa dificuldade em caracterizar as possíveis mudanças que a conjuntura econômica dos anos 2000, assim como as recentes crises econômicas, apresentaram para o atual consenso ideológico e para o equilíbrio de forças políticas.

Em relação à associação entre a lógica cultural do capitalismo contemporâneo e a questão da ideologia, que buscamos abordar no segundo capítulo, encontramos também uma farta referência. De fato, a temática deste capítulo parece ser tema recorrente nos trabalhos de todos os autores de destaque da teoria social crítica e / ou

marxista da atualidade, que foram nossa referência central, tais como: Fredric Jameson, Perry Anderson, Terry Eagleton, Ajizz Ahmad, Ellen Wood, Marshall Berman e Slavoj Zizek. Acreditamos ter conseguido estabelecer um interessante vínculo entre estes autores e os clássicos do pensamento dialético, como Marx, Lênin, Lukács, Gramsci, Adorno, Horkheimer e Benjamim.

Além disso, no que tange aos temas de reificação e da hegemonia, aos quais buscamos nos dedicar no terceiro capítulo, foi muito interessante observar a contribuição significativa de autores brasileiros como Carlos Nelson Coutinho, José Paulo Netto e Marcos Nobre. A aproximação de abordagens epistemológicas dos dois conceitos com análises nos quais os mesmos aparecem aplicados a questões políticas e culturais foi nosso caminho para buscar uma organicidade entre as referências teóricas que buscamos trabalhar. Acreditamos que, assim, conseguimos dar maior concreticidade aos problemas da reificação e da hegemonia, procurando explicitar como ambos se expressam no mundo contemporâneo.

Acreditamos que essa opção tenha contribuído para construir uma espinha dorsal da dissertação, dentre os diversos problemas abordados. Tomamos a liberdade de utilizar conceitos de autores do marxismo que muitas vezes têm origem em sistemas epistemológicos diversos e, às vezes, até mesmo divergentes, não na pretensão de estabelecer nenhum tipo de síntese epistemológica ou conceitual, mas por entender que seriam de extrema relevância na sustentação teórica para problematização de determinados temas. Além do que, esta prática tem sido recorrente nas formulações dos expoentes da teoria marxista contemporânea (Fredric Jameson, Terry Eagleton, Slavoj Zizek e outros), e acreditamos que ela pode ser interessante no sentido de apontar convergências temáticas mesmo que em sistemas epistemológicos diversos. E a identificação destas temáticas pode, no nosso entendimento, potencializar o

estabelecimento de uma práxis, ou seja, de uma interação entre os trabalhos acadêmicos e as lutas sociais.

Por fim, gostaríamos de enfatizar que se, por um lado, essa dissertação não contou com nenhum trabalho de campo ou pesquisa empírica metodologizada, por outro foi inspirada e estimulada pela participação do autor no movimento estudantil e pelo contato com diversos movimentos sociais (popular, camponês, sindical, etc.), onde pudemos travar contato, inclusive pessoal, com participantes de diversos processos de mobilização da América Latina no período recente. Além disso, foi estimulada pela curiosidade em relação à produção artística contemporânea (principalmente audiovisual, literária e musical) e suas possíveis conexões com temas de caráter político. Essas experiências foram de fundamental importância para meu aprendizado e formação, tanto intelectual como pessoal, dos quais este trabalho, em última análise, é consequência.

Referências Bibliográficas

ADORNO, Theodor e HORKHEIMER, Max – *Dialética do Esclarecimento*;

Fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

_____.- *Minima Moralia: Reflexões a partir da vida lesada*. Rio de Janeiro:

Beco do Azougue Editoria, 2008.

_____.-*Dialética Negativa*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 2009.

AGAMBEN, G. *Infância e história: destruição da experiência e origem da história*.

Belo Horizonte, Editora UFMG 2005

_____.- *O Que Resta de Auschwitz* 2008. Campinas: Boitempo

Editorial . 2008

AHMAD, Aijaz, *Cultura, nacionalismo e o papel dos intelectuais in Em Defesa da*

História- Marxismo e pós- modernismo. Org. , Ellen Meiksins Wood. Rio de Janeiro:

Jorge Zahar Ed., 1999

ANDERSON, Perry - *Antinomias de Gramsci*. -in- **Crítica Marxista**. São Paulo, v 1.

n.1. p.7-74,1986.

_____, *As Origens da Pós-Modernidade*. Jorge Zahar Ed., 1999.

_____, *Balanço do neoliberalismo*. IN: SADER, Emir e GENTILI, Pablo

(orgs.) *Pós neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro:

Paz e Terra, 1995, PP. 09- 23.

BARTHES, Roland. *Mitologias*. São Paulo: Difel, 2003.

BENJAMIN, W. *Obras Escolhidas*. São Paulo: Brasiliense, 1985

BRETAS, A. *Pensar ao mesmo tempo dialética e não-dialéticamente: Adorno ,leitor de Benjamim* in *Controvérsia* (UNISINOS),2007.disponível em www.controversia.unisinos.br

CEVASCO, María Elisa. *E agora? O que ainda pode fazer a crítica cultural empenhada?-in-: Crítica Marxista* n 23. P. 129-140, Campinas: Revan, 2006.

CHAVEZ, Hugo- *El golpe fascista contra Venezuela “Aquí está en juego la vida de la Pátria”*. Havana: Ed Plaza, 2003

CHESNAIS, François- *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1992

COUTINHO, Eduardo Granja (org). *Comunicação e contra-hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008

DEBORD, Guy: *A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DURÃO, Fabio Akcelrud, ZUIN Antonio Alvares Soares, VAZ Alexandre Fernandez (orgs).- *A Indústria Cultural Hoje*. São Paulo: Boitempo, 2008.

EAGLETON, Terry- *As ilusões do Pós –Modernismos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

_____. *Capitalismo, Modernismo e Pós-Modernismo*, in *Crítica Marxista* vol. 1, nº2. Editora Brasiliense, 1995.

_____. *Ideologia*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1997.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere* (v. 3, 4 e 6). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, 2001, 2002.

HARVEY, David- *A Condição Pós Moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

_____. *O Neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HORKHEIMER, Max. *O Eclipse da Razão*. Rio de Janeiro: Labor, 1976

IASI, Mauro Luis- *As Metamorfoses da Consciência de Classe: O PT entre a negação e o consentimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

JAMESON, Fredric. *A cultura do dinheiro*. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. *Espaço e Imagem : Teorias do pós moderno e outros ensaios*.

Organização e tradução Ana Lúcia de Almeida Gazzola.. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2006

_____. *O Marxismo Tardio: Adorno, ou a persistência da dialética*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP: Boitempo Editorial, 1997.

_____. *Pós Modernismo Lógica Cultural do Capitalismo Tardio*.. São Paulo: Editora Ática, 2002.

JAY, Martin. *A Imaginação Dialética: História da Escola de Frankfurt e do Instituto de Pesquisas Sociais 1923-1950*. Contraponto. Rio de Janeiro, 2008.

LISSOVSKY. M- *A memória e as condições da poética do acontecimento* in *O que é memória social*: Rio de Janeiro. Contracapa 2005

LUKACS, Georg –*Reificação e Consciência de Classe- História e Consciência de Classe*. Rio de Janeiro: Elfos Ed; Porto, Portugal: Publicações Escorpião, 1989, 2ª Edição.

MORAES, Denis de. “ O Planeta Mídia:tendências da comunicação na era global. Campo Grande. Letra Livre: 1988

MARX, Karl– “*O Capital*”. Rio, 1988, Bertrand Brasil.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Hucitec, 1987.

NETTO, José Paulo. *Capitalismo e reificação*. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

NOBRE, Marcos- *Lukács e os Limites da Reificação: um estudo sobre História e Consciência de Classe*. São Paulo: Editora 34, 2001.

ZIZEK, Slavoj *Bem Vindo ao Deserto do Real!*. Boitempo Editorial: São Paulo, 2003

_____. *Um Mapa da Ideologia*. (Org.). Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

WOOD, Ellen Meiksins – *O que é a agenda “pós moderna”?* in *Em Defesa da História- Marxismo e pós- modernismo*.. (Org.). Ellen MeiksinsWood. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999